Cooperação Científica com Timor Leste

Armando Marques Guedes, Fantina Tedim Pedrosa, Ivo Carneiro de Sousa, Luís Aires-Barros, Mari Alkatiri, Rui M. S. Centeno

CEPESA

Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático

Cooperação Científica com Timor Leste

CEPESA
Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático

FICHA TÉCNICA

Título: Cooperação Científica com Timor Leste
Composição e Grafismos: Barros FotomecÂnica, Lda.
Editor: Centro Português de Estudo do Sudeste Asiático
Impressão e Acabamento: Humbertipo
Depósito Legal nº: 175595/02
ISBN 972-98797-5-3
Janeiro 2002

Armando Marques Guedes, Fantina Tedim Pedrosa, Ivo Carneiro de Sousa,
Luís Aires-Barros, Mari Alkatiri, Rui M. S. Centeno

Cooperação Científica com Timor Leste

CEPESA
Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático

Seminário

Cooperação Científica com Timor Leste

Sociedade de Geografia de Lisboa, 27 de Outubro de 2001, 10h-13h
Organização: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA)

Participantes:

Dr. Mari Alkatiri (Ministro Chefe e Ministro da Economia e Desenvolvimento do Segundo Governo de Transição de Timor Leste); Pe. Dr. Vitor Melícias (Comissário para a Transição de Timor Leste); Prof. Luís Aires de Barros (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa); Prof. Ivo Carneiro de Sousa (Coordenador do CEPESA); Prof. Cândido Marciano da Silva (Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia); Prof. Ilídio do Amaral (Instituto de Investigação Científica Tropical); Dr. Mário Ribeiro (Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional - MCT); Dra. Pascoela Barreto (Chefe de Missão da ATTL); Drª. Maria José de Carvalho Neves (Adjunta do Ministro da Cultura); Prof. Joaquim Pais de Brito (Director do Museu Nacional de Etnologia); Prof. João Sousa Lopes (Universidade de Lisboa); Prof. Rui M. S. Centeno (CEPESA. Universidade do Porto); Prof. Carlos Renato Matos Ferreira (Presidente do Instituto Superior Técnico); Prof. Santos Neves (Reitor da Universidade Lusófona); Prof. Betâmio de Almeida (Presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico); Prof. António Diogo Pinto (Departamento de Engenharia de Minas e Georecursos do Instituto Superior Técnico); Prof. Marco António Monteiro d'Oliveira (Universidade Lusófuna); Prof. Brian Juan O'Neill (CEPESA. ISCTE); Prof. Armando Marques Guedes (CEPESA.

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa); Prof.ª Fantina Tedim Pedrosa (CEPESA. Universidade do Porto); Prof. Teotónio de Souza (CEPESA. Universidade Lusófona); Prof. Maria Johanna Schouten (CEPESA. Universidade da Beira Interior); Dr. José Manuel Garcia (CEPESA. Fundação Calouste Gulbenkian); Dra. Lurdes Silva-Carneiro de Sousa (CEPESA); Dr. António Luís Ferronha (CEPESA. CNCDP); Dr. Nuno Canas Mendes (CEPESA. ISCSP); Dr. José Duarte Arez (Instituto Português de Museus); Dr. Mazambi Vuvu Fernando (ICROM); Dr. Luís Costa (CEPESA); Dr. Tiago Constantino (CEPESA); Dr. Alexandre Oliveira (Museu Nacional de Etnologia); Prof.ª Catherine Jenkins (Soas, University of London).

Este Seminário sobre Cooperação Científica com Timor Leste foi integralmente gravado e transcrito por Dra. Ana Rita Alho. Respeitaram-se rigorosamente todas as intervenções orais realizadas durante o seminário que, naturalmente, reflectem as opiniões e propostas feitas pelos seus autores.

Este seminário e esta publicação foram realizados no âmbito do projecto "Memory of Timor (East Timor's Cultural, Historical and Documental Patrimony Inventory)". Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI / 1999 / HAR / 36412).

■ **Prof. Luís Aires-Barros**
(Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa)

Abertura do Seminário

É com imenso prazer que o recebemos, Sr. Primeiro Ministro do Governo de Transição de Timor Leste, na Sociedade de Geografia que, ao longo dos seus 126 anos de existência, se tem dedicado ao estudo dos territórios tropicais, especialmente aqueles por onde se derramou a influência de Portugal. É pois com muito prazer que aqui estamos, e estendo as saudações iniciais também ao Sr. Prof. Marciano da Silva que vem representar o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, ao Sr. Prof. Ilídio do Amaral que, como eminente geógrafo, estudou os problemas de Angola, Cabo Verde e igualmente de Timor, ao prof. Ivo Carneiro de Sousa que, no fundo, é a pessoa que está por detrás da organização deste seminário.

Como se esclarece no programa, haverá uma apresentação breve dos temas e objectivos deste seminário pelo Prof. Ivo Carneiro de Sousa, seguindo-se, depois, o Sr. Dr. Mari Alkatiri que fará uma pequena intervenção de abertura. Seguem-se três intervenções introdutórias e temáticas: uma primeira dedicada ao tema dos recursos naturais, reconstrução e desenvolvimento; outra às ciências políticas e sociais; uma última dedicada ao património cultural. Intervenções introdutórias que desejaria fossem incisivas e curtas para que se generalize a discussão.

Encontramos neste anfiteatro algumas pessoas que poderão dizer algo sobre o que está a ser feito presentemente no domínio da cooperação com Timor Leste, esclarecendo também o que já foi feito ou o que irá ser feito. Falando, por exemplo, das pessoas e instituições que conheço melhor, como - desculpar-me-ão - o Instituto Superior Técnico, temos o prazer de ter aqui não apenas o presidente do IST, como também o Presidente do Departamento de Engenharia Civil e o Presidente do Departamento de Minas, ambos reunindo trabalhos relevantes

feitos actualmente sobre Timor. Da Universidade de Lisboa, saúdo também o Sr. Prof. Sousa Lopes, representando o Sr. Reitor que, alguns dias atrás, me falava com entusiasmo das dezenas de estudantes timorenses bolseiros que a Universidade acolheu.

Abrindo, agora, os trabalhos concretos do seminário, solicitava ao Sr. Prof. Ivo Carneiro de Sousa que introduzisse os trabalhos, destacando problemas, temas e objectivos deste encontro.

■ **Prof. Ivo Carneiro de Sousa**
(Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático)

A Cooperação Científica com Timor Leste: Problemas e Perspectivas - algumas notas introdutórias

Sua Excelência Sr. Ministro Chefe do Segundo Governo de Transição de Timor Leste.

Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Senhor Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia.

Caros Colegas:

1. Portugal tem vivido, nos últimos seis anos, uma extraordinária "revolução tranquila" nos domínios da ciência e tecnologia. A existência com plena autonomia de um Ministério da Ciência e Tecnologia tem permitido desenvolver, renovar e alargar a investigação científica portuguesa em bases consistentes, transparentes e qualificadamente avaliadas. Com efeito, a atribuição dos financiamentos disponíveis para as diversas áreas da investigação distribuem-se agora exclusivamente na base de concursos públicos sujeitos já a avaliações independentes, já à apresentação e defesa pública de projectos e centros de investigação. Não basta parecer, é preciso rigorosamente ser capaz, competente e reunir qualidades de investigação, gestão e aplicação científicas. Os financiamentos deixaram definitivamente de se distribuir por influências ou poderes, por mais respeitáveis que pudessem ser, para se ganharem ou não em função de uma competitividade científica que qualifica e, principalmente, responsabiliza.

A divisão das principais estruturas executivas e de gestão do Ministério da Ciência e Tecnologia em três grandes apartados

- Fundação de Ciência e Tecnologia, Observatório de Ciência e Tecnologia e Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional - permitiu tornar mais coerente a orientação das componentes nacionais e internacionais da investigação científica portuguesa, cabendo precisamente aquele último organismo o desenvolvimento da investigação bilateral e multilateral que dissemina e universaliza os horizontes da nossa ciência. O que tem vindo a fazer com enorme competência, multiplicando-se os acordos bilaterais, a inserção da ciência portuguesa em numerosas redes e laboratórios de investigação internacionais e a presença continuada de cientistas e instituições científicas portuguesas em muitos eventos científicos importantes.

Parente pobre desta actividade internacional continua a ser, porém, a investigação científica que se dirige para o mundo não-europeu. Algumas iniciativas relevantes permitiram melhorar o apoio à investigação em estudos africanos, ao mesmo tempo que vários acordos com o Brasil e países latino-americanos possibilitaram também a concretização de iniciativas científicas inovadoras. Pese embora estes esforços e sucessos, a situação é ainda marcada pela fragilidade e descontinuidade, sendo especialmente precária nos horizontes do Sudeste Asiático. Nesta área de profunda importância económica, cultural e populacional começa-se apenas agora a procurar edificar as bases de uma presença moderna e activa da ciência portuguesa, perseguindo as principais redes de conhecimento local e regional. Este Centro tem procurado animar esta actividade e, apesar dos apoios limitados, encontra-se actualmente a organizar justamente uma rede de instituições universitárias em que se englobam já a Universidade da Indonésia, em Jakarta, a Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, a Universidade Nacional de Singapura, a Universidade de Burapha, na Tailândia, em associação, do lado europeu, com a Universidade de Sevilha, a Universidade de Leiden e a School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres. A próxima abertura por parte da União Europeia de um ambicioso programa de cooperação científica e universitária

euro-asiático denominado ASIA-LINK permitirá consolidar estas relações, sustentando a comunicação de professores, alunos e projectos de investigação comuns. Advirta-se que, no entanto, apesar dos nossos esforços e convites sucessivamente reiterados, ainda não foi possível assegurar a participação da Universidade ou de instituições científicas timorenses nestas redes de conhecimento em construção. Talvez não pudesse ser mesmo de outra forma, haja em vista as dificuldades em estabilizar uma instituição universitária em Dili e as dificuldades ainda maiores para passar do papel para as obras as instituições científicas que, reunindo alguns esforçados grupos de investigadores e professores universitários timorenses, existem mais nas ideias e muito menos em acções.

Circula muito pouca investigação científica realizada por timorenses nos meios científicos internacionais. Ainda recentemente, por exemplo, ao procurarmos colaborar na realização de um *dossier* sobre Timor para a revista científica francesa *Lusotopie*, só foi possível concretizar uma das seis ou sete colaborações prometidas por investigadores timorenses. E, em contraste, as suas propostas de trabalho, temas e investigações eram particularmente interessantes e inovadoras, mas não saíram do projecto imaginado para as páginas de uma revista científica internacional prestigiada e de circulação nos principais meios da moderna investigação europeia em ciências sociais e políticas. Restará, assim, ler os trabalhos de vários investigadores portugueses e outros europeus com a esperança de que os seus artigos possam contribuir para alargar problemáticas e interpretações acerca dos processos sociais, políticos, económicos e culturais que organizam a transição nacional em Timor Leste.

2. *Malai sira* - "estrangeiros eles" (literalmente), dirão provavelmente alguns desses investigadores timorenses quando, ao recordarem os seus prometidos temas de pesquisa, lerem esses artigos com essa desconfiada sabedoria de quem ouviu muitas promessas, participou em centenas de "anteprojectos" disto e daquilo, acolhendo nestes últimos dois anos tantos milhares

de forasteiros balançando entre uma quase ingénua solidariedade fraterna e o sentido de oportunidade em concretizar um negócio tão rápido como lucrativo, dos cafés só frequentados por estrangeiros aos sacos de cimento que custam duas e três vezes o seu preço em qualquer hipermercado português. De facto, para quem visita Timor Leste agora as perplexidades são imensas e os sonhos mil. As obras escassas. Um país de indiscutível beleza, misturando das mais belas praias do mundo com verdadeiras estâncias de altitude desafiando os trechos mais espectaculares dos postais e calendários alpinos, cruza-se com um mundo em que escasseiam as oportunidades, os empregos, sobrando a miséria. A desorganização administrativa é enorme, a confusão social intensa. E, apesar disto, os timorenses sabem maioritariamente ao que vão: votaram esmagadoramente pela independência contra essa especial integração oferecida pelo ex-Presidente Habibe da Indonésia em Agosto de 1999 e, apesar da destruição inimaginável que queimou milhares de casas e ceifou muitas vidas, votaram hoje de forma inequívoca pelo partido que representa a libertação e uma independência inequívoca, a FRETILIN, distribuindo ainda os (poucos) votos restantes por outros pequenos partidos em que se descobria a resistência estudantil da última década ou mesmo vetustas figuras ligadas a essa independência gritada em 28 de Novembro de 1975, na altura pouco reconhecida, mas agora definitivamente retomada.

Espanta de forma quase incompreensível aos nossos olhos de observadores e investigadores quase sempre distantes a força enormíssima dos lugares de memória de 1975. Não se repetiu, como muitos prediziam, qualquer tipo de guerra civil ou de afrontamentos violentos intrapartidários, pelo contrário, as eleições para a Assembleia Constituinte foram exemplares em participação, transparência e tranquilidade. Mas espanta, de facto, muito mais o apego genuinamente popular que se cultiva em direcção aos grandes heróis da resistência timorense: Nicolau Lobato, Alex, Konis Santana..., são lugares da memória tão importantes e venerados nos pequenos e grandes espaços sociais

de Timor como essas irritantes estátuas portuguesas "d'aquém e d'além mar" celebrando sempre os mesmos navegadores e descobridores que chegaram mais rápido do que outros europeus a culturas e sociedades de milenares civilizações. Essas figuras timorenses transmutaram-se em estátuas verdadeiramente vivas e encheram comícios, sendo quase obrigatório em muitas aldeias e cidades receber festivamente alguns dos familiares militantes destes resistentes caídos entre 1978 e 1998. É uma veneração cerzida certamente por motivos políticos e nacionais, mas quase nos interrogamos se ela não conseguiu de forma extraordinária transferir rituais sociais celebrando os poderes carismáticos desses antepassados fundadores das grandes linhagens dos territórios sociais de Timor oriental, consagrados nesses *ai tos* em pedra e madeira de pau ferro que marcavam montes e florestas, sacralizando territórios e especializando tabus de demorada importância na hierarquização social tradicional. Chega-nos à memória o peso enormíssimo da ancestralidade e do patriarcalismo, quase apetecendo partir à descoberta da oposição a estas simbolizações distintivas no processo de aparecimento de alguns partidos jovens, como, por exemplo, esse interessante Partido Democrático que, reunindo parte da antiga resistência estudantil agora vazada em boa parte dos professores e da *intelligentsia* de Dili, conseguiu fundar-se nos finais de Junho para chegar em Agosto ao segundo lugar das eleições, garantindo a eleição de sete deputados. Muito longe, porém, dos 57% da FRETILIN (cerca de 70% no nosso sistema proporcional português), valendo 55 deputados, todas as vitórias distritais e algumas mais do que expressivas votações acima dos 80%, como ocorreu no populoso distrito de Baucau, de onde agora saem camionetas carregadas de arroz que já não se consegue vender aos restaurantes e armazenistas de Díli, definitivamente integrados e obrigados às redes do comércio internacional.

Muitos dos investigadores portugueses que assinaram os artigos deste número da *Lusotopie* dedicado a Timor são também alguns dos cientistas que animaram o seminário internacional

sobre "Nationbuilding in East Timor", de 21 a 23 de Junho último, nesta mesma Sociedade de Geografia. São investigadores que reúnem uma demorada e, tanta vezes, incompreendida experiência para pensar de forma científica e independente o processo timorense, sendo também vários os que mantém investigação no território, mais intermitente do que continuada, haja em vista as dificuldades em convocar apoios e financiamentos que parece terem-se esgotado em ajudas de emergência indiscutivelmente importantes, mas percebendo muito mal a urgente necessidade de se estudar rigorosamente um território quase completamente desprovido dos indicadores sociais mínimos. Que são, quando existem, dramáticos. Nas estruturas da mortalidade, elevadíssima na sua componente neonatal e infantil, nas estatísticas das doenças e morbilidades, nos parcos indicadores económicos ou na mancha numérica da pobreza que abrange a esmagadora maioria da população. Contudo, apesar desta pobreza que se apercebe em todo o lado, somos constantemente desafiados a encontrar pedaços do Timor oriental que funcionam bem, como esses espaços em que a economia rural continua a produzir arroz com abundância, recupera a produção do café e alimenta muitos bazares, como esse enorme mercado de Dili onde é possível encontrar tudo, desde as hortícolas mais viçosas aos "estimulantes" à base de noz de areca, passando pelo último grito em matéria de altíssima fidelidade ou o último êxito dos grandes cantores populares indonésios. Espanta esta economia local que continua a alimentar-se esmagadoramente de produtos manufacturados indonésios, funciona em rupias e, muitas vezes, se fala no *bahasa* do país vizinho. Antigo ocupante? Odiado? O elemento económico, social e cultural indonésio está presente por todo o lado. O indonésio é falado por uma imensa maioria, como o *tetum*, aliás, alimentando as canções e enchendo as cassetes e "compactos" dos novos *rocks* e *kroncongs* que se ouvem nas muitas centenas de "táxis" e camionetas que asseguram com enorme rapidez e eficiência um transporte público que se paga

quase sempre com uma nota de mil rupias. Este panorama social, económico e cultural talvez ajude a perceber a necessidade de contrabalançar esta "dominação" através da agitação de símbolos e lugares da memória claros, radicais na sua resistência e intransigentes nos seus princípios de independência, agora, finalmente, já!

Em contraste, admira a frágil presença de influências culturais portuguesas duradouras. É verdade que a "verdadeira" colonização do Timor oriental é tardia, posterior apenas às guerras de pacificação de Manufahi, em 1913-14. A colónia era mais para exilar excitados e revoltosos, metropolitanos e africanos, do que para desenvolver, pese embora alguns tímidos esforços a partir da década de 1960. É verdade que nos "novos" mapas australianos de Díli, raros e caros, continua a surgir uma generosa toponímia portuguesa, incluindo essa Avenida Salazar, marginal como convém, mal iluminada também, mas espaço de passeio para muitos pares de namorados, sobretudo internacionais, com pouco tempo para observar tão perto e tão longe a ilha de Ataúro, parte pequena do Timor Oriental que Pulo Cambing (ilha das cabras) se chama, ali mesmo em frente à baía de Díli. Os resquícios de um passado nem especialmente interessante nem muito menos "glorioso", aquilo que se designa (mal) por presença portuguesa é tão residual como os cerca de 5% de timorenses que declararam "falar português", pessoas geralmente idosas, ex-funcionários coloniais e alguns (poucos) regressados da pequena "diáspora" portuguesa. Mais irritantemente ainda, existe uma certa forma de pensar a cooperação portuguesa que domina alguns sectores dos decisores políticos e académicos que navega águas tão estranhas como difíceis de renovar. De facto, a partir da historiografia portuguesa dominante foi-se erguendo a ideia de uma *idade de ouro* da História de Portugal que, apertada entre o infante Navegador e as primeiras décadas do reinado de D. João III, teria concretizado a especialização do "Ser" ou da "Alma" Portuguesa. Amarrada a estes essencialismos, edificou-se a tópica de uma gesta

premonitória que teria dado "novos mundos ao mundo", avisando não apenas os caminhos da identidade nacional portuguesa, mas também formas singulares de construir um império que se pensava eternamente civilizador e mesmo redentor da ocidentalidade católica. Estas ideias não abandonaram ainda hoje o fazer história da colonização e do colonialismo (uma noção quase "maldita"...) portugueses, tanto em termos gerais, como na sua expressão timorense. Os poucos títulos actualmente disponíveis para esta parte oriental do mundo perseguem através da parcialidade das fontes oficiais portuguesas as evidências ou "provas" daqueles essencialismos indiscutidos, ignorando outras sociedades, outras culturas e a dimensão rigorosa da expressão social e cultural da presença colonial portuguesa. No domínio do Sudeste Asiático, a situação é ainda mais limitada, já que o peso das construções ideológicas mescla-se com uma ignorância dos tempos e espaços das culturas que organizaram longamente as sociedades locais, resistindo até aos inícios do século XX às violentas ofensivas do colonialismo europeu, holandês pela Indonésia e português na pequena parte leste de Timor. As limitações adensaram-se ainda com a forma como a questão política timorense foi sendo representada em Portugal nos últimos anos, especialmente entre 1996 e 1999. Discurso político e informação mediática ergueram uma atraente dicotomia em que a uma espécie de santificação dos timorenses se contrapunha uma demonização de uma Indonésia largamente ignorada pela investigação científica portuguesa, dialéctica que ressuscitou em certos sectores políticos e intelectuais, entre a catarse do colonialismo português e uma sincera solidariedade para com o sofrimento do povo timorense, antigas ideias orbitando em torno da especificidade da expansão colonial portuguesa, quase inacessível a uma investigação afastada dessas raízes singulares da identidade nacional forjada precisamente nessa época de ouro dos "descobrimentos" e "expansão" portugueses... A partir daqui, para alguns destes sectores que continuam a influenciar parte das ciências sociais portuguesas, as nossas relações actuais

com o mundo não-europeu teriam de obrigatoriamente convocar essa antiga pauta de leitura generosamente criada por essa peculiar forma portuguesa de estar no mundo que, mesmo depois dos processos de independência e edificação nacional, continuaria a ser desejada no "íntimo" pelas populações e territórios colonizados por Portugal que, da África a Timor, estariam irremediavelmente dominados pela crise, pela fome e pela doença, o que não teria certamente acontecido se, dizem, a descolonização tivesse sido diferente. Mas como?

Existe, pelo contrário, em muitos sectores da vida política e social de Timor Leste uma evidente mitificação de Portugal, paralela, significativamente, à mitificação que se foi destacando para ficar na sociedade portuguesa de hoje acerca de Timor e da sua gente. Para muitos timorenses, Portugal é uma espécie de longínquo salvador que irá sempre ajudar e proteger o velho crocodilo agora independente, mas sempre pobre. Curiosamente, em vários meios populares e em aldeias rurais esta ideia reproduz-se, mas muitas destas pessoas não sabem sequer onde fica Portugal. Alguns, mais velhos, recordando talvez alguma longínqua aula de mestre-escola da "primária", ainda arriscam dizer que Portugal parece que fica na África, à beira de Angola e Moçambique, havendo também outros que asseguram estar Portugal firmemente integrado na Ásia. Finalmente, alguém nos esclareceu definitivamente: Portugal fica no céu! Será isto um mito ou uma "sina"?

3. Inaugurado apenas em 13 de Março de 2000, vertiginosa, quase ofegante, tem sido a actividade de investigação e cooperação científicas que este Centro tem vindo a dirigir para o Sudeste Asiático, incluindo igualmente Timor Leste. O CEPESA é uma associação independente de investigadores de carácter interuniversitário e multidisciplinar, procurando concorrer para renovar o panorama muito limitado da investigação científica portuguesa sobre o Sudeste Asiático, encalhada como está a velhíssimas ideias e a não muito mais novas dificuldades de

premonitória que teria dado "novos mundos ao mundo", avisando não apenas os caminhos da identidade nacional portuguesa, mas também formas singulares de construir um império que se pensava eternamente civilizador e mesmo redentor da ocidentalidade católica. Estas ideias não abandonaram ainda hoje o fazer história da colonização e do colonialismo (uma noção quase "maldita"...) portugueses, tanto em termos gerais, como na sua expressão timorense. Os poucos títulos actualmente disponíveis para esta parte oriental do mundo perseguem através da parcialidade das fontes oficiais portuguesas as evidências ou "provas" daqueles essencialismos indiscutidos, ignorando outras sociedades, outras culturas e a dimensão rigorosa da expressão social e cultural da presença colonial portuguesa. No domínio do Sudeste Asiático, a situação é ainda mais limitada, já que o peso das construções ideológicas mescla-se com uma ignorância dos tempos e espaços das culturas que organizaram longamente as sociedades locais, resistindo até aos inícios do século XX às violentas ofensivas do colonialismo europeu, holandês pela Indonésia e português na pequena parte leste de Timor. As limitações adensaram-se ainda com a forma como a questão política timorense foi sendo representada em Portugal nos últimos anos, especialmente entre 1996 e 1999. Discurso político e informação mediática ergueram uma atraente dicotomia em que a uma espécie de santificação dos timorenses se contrapunha uma demonização de uma Indonésia largamente ignorada pela investigação científica portuguesa, dialéctica que ressuscitou em certos sectores políticos e intelectuais, entre a catarse do colonialismo português e uma sincera solidariedade para com o sofrimento do povo timorense, antigas ideias orbitando em torno da especificidade da expansão colonial portuguesa, quase inacessível a uma investigação afastada dessas raízes singulares da identidade nacional forjada precisamente nessa época de ouro dos "descobrimentos" e "expansão" portugueses... A partir daqui, para alguns destes sectores que continuam a influenciar parte das ciências sociais portuguesas, as nossas relações actuais

com o mundo não-europeu teriam de obrigatoriamente convocar essa antiga pauta de leitura generosamente criada por essa peculiar forma portuguesa de estar no mundo que, mesmo depois dos processos de independência e edificação nacional, continuaria a ser desejada no "íntimo" pelas populações e territórios colonizados por Portugal que, da África a Timor, estariam irremediavelmente dominados pela crise, pela fome e pela doença, o que não teria certamente acontecido se, dizem, a descolonização tivesse sido diferente. Mas como?

Existe, pelo contrário, em muitos sectores da vida política e social de Timor Leste uma evidente mitificação de Portugal, paralela, significativamente, à mitificação que se foi destacando para ficar na sociedade portuguesa de hoje acerca de Timor e da sua gente. Para muitos timorenses, Portugal é uma espécie de longínquo salvador que irá sempre ajudar e proteger o velho crocodilo agora independente, mas sempre pobre. Curiosamente, em vários meios populares e em aldeias rurais esta ideia reproduz-se, mas muitas destas pessoas não sabem sequer onde fica Portugal. Alguns, mais velhos, recordando talvez alguma longínqua aula de mestre-escola da "primária", ainda arriscam dizer que Portugal parece que fica na África, à beira de Angola e Moçambique, havendo também outros que asseguram estar Portugal firmemente integrado na Ásia. Finalmente, alguém nos esclareceu definitivamente: Portugal fica no céu! Será isto um mito ou uma "sina"?

3. Inaugurado apenas em 13 de Março de 2000, vertiginosa, quase ofegante, tem sido a actividade de investigação e cooperação científicas que este Centro tem vindo a dirigir para o Sudeste Asiático, incluindo igualmente Timor Leste. O CEPESA é uma associação independente de investigadores de carácter interuniversitário e multidisciplinar, procurando concorrer para renovar o panorama muito limitado da investigação científica portuguesa sobre o Sudeste Asiático, encalhada como está a velhíssimas ideias e a não muito mais novas dificuldades de

financiamento e oportunidades de desenvolvimento moderno e sério. O que não tem obstado a um alargamento rápido das nossas relações científicas com a República da Indonésia, a Tailândia, a Malásia e, mais recentemente, com Singapura, contrastando com as dificuldades em concretizar uma actividade continuada de cooperação bilateral e multilateral com Timor Leste que tarda em concretizar-se naquelas que se afigura serem as suas componentes fundamentais:

- *cooperação bilateral em projectos comuns de investigação científica e investigação aplicada;*

- *formação avançada de recursos humanos;*

- *apoio à criação e desenvolvimento de organismos e estruturas de ciência e tecnologia.*

Muito pouco se tem feito nestas direcções, não sendo atrasos e omissões inteiramente desculpáveis por uma política de solidariedade e emergência que deveria também, em muitos casos, convocar através de concursos públicos a colaboração das unidades de investigação e dos investigadores portugueses. Veja-se, por exemplo, o caso do atraso na concretização de um programa específico de apoio a mestrados e doutoramentos de timorenses. No último concurso da FCT, nenhum dos oito timorenses que se candidataram a bolsas de doutoramento viu as suas candidaturas aprovadas. As suas avaliações variaram entre 3 e 4,2, não apoiando qualquer dos projectos de doutoramento apesar destes terem sido geralmente avaliados positivamente em contraste, naturalmente, com as qualificações e *curricula* dos candidatos. Assim, desde 1998, quando dois timorenses obtiveram bolsas para doutoramentos em Museologia e Economia, em Portugal e no estrangeiro, mais nenhum timorense obteve qualquer nova bolsa. Trata-se, contudo, de um processo que deve ser pensado com critério e ponderação.

Um programa demasiado generoso de oferta de bolsas em Portugal ou noutros países europeus pode mesmo atrair elites e quadros que faltam no território, convidando também ao desenvolvimento de pesquisas que podem ter muito pouco a ver com as necessidades sociais e económicas do novo país. Também neste caso, as boas ideias, dos dois lados da cooperação, devem cruzar-se e especializar programas que qualifiquem e responsabilizem compromissos de desenvolvimento de uma investigação comprometida com a consolidação social e económica de um novo país independente.

Poderá parecer, por fim, que discutir cooperação científica é demasiado cedo ou uma espécie de exacerbado "luxo" incompatível com as necessidades mais prementes de Timor Leste em alimentação, habitação e saúde. Não é, no entanto, assim. A investigação científica aprofunda a independência, o rigor e a qualidade, avisando opções e discutindo projectos e programas, da reconstrução aos recursos, da formação ao património, das instituições às políticas. Cabe inteiramente aos timorenses e aos seus dirigentes democraticamente eleitos decidir, discutir, optar. Também em matéria de cooperação científica. Decidindo parcerias, prioridades e programas de acção.

4. Existe agora um novo quadro para discutir e concretizar cooperações. Reconhecem-se poderes eleitos e dirigentes sufragados pelo escrutínio livre, democrático e transparente da esmagadora maioria da população timorense. Apesar da minha geração ter sido criada e formada no prestígio de um pensamento social muito influenciado pelas dialécticas marxistas, exacerbando o peso das "massas" sobre o indivíduo, sabemos hoje que a pessoa e o grupo se interpenetram e influenciam, destacando-se tanto a importância dos movimentos sociais como das individualidades. O Ministro-Chefe (também Ministro da Economia e Desenvolvimento) do segundo governo transitório de Timor Leste é um desses casos de um dirigente importante, inteligente e decisivo. Contrastando com as imagens desses heróis timorenses permamentemente construídos e interrogados pelos

nossos media, agitados em colectivas solidariedades ou em estádios de desportivas multidões, existe um Timor Leste profundo, resistente e exigente, que se identifica também pelo voto com outros dirigentes e, sobretudo, com outras responsabilidades. O Dr. Mari Alkatiri é privilegiadamente uma dessas pessoas únicas em que assenta parte importante da esperança de reconstrução e felicidade dos timorenses. O Dr. Mari Alkatiri é um nacionalista convicto, progressista e profundamente democrata, de uma seriedade imensa e de uma inteligência política rara. Professor de Direito Internacional Privado na Universidade Eduardo Mondlane, foi também advogado num dos melhores escritórios de advocacia de Maputo e, em 1998, foi também candidato não aprovado a uma dessas bolsas de doutoramento da FCT. Propunha-se então, sob a minha incapaz orientação, desenvolver um trabalho de investigação que intitulou "Resistência, Nacionalismo e Identidade: a comunidade timorense de Moçambique". Discutiu este temário numa conferência surpreendentemente inovadora que apresentou num seminário do Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto e, em 1998, numa sessão do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado em Maputo. Cientista provavelmente falhado ou simplesmente adiado, Timor Leste não poderia ter melhor Primeiro Ministro e a futura investigação científica timorense melhor aliado.

■ Dr. Mari Alkatiri

(Ministro Chefe e Ministro da Economia e do Desenvolvimento do segundo Governo de Transição de Timor Leste)

Discurso de abertura do seminário sobre cooperação científica com Timor Leste

Obrigado Sr. Prof. Aires de Barros.
Srs. Professores e Professoras;
Cientistas:

Isto de ser responsável político é um problema grave, porque exige de nós polivalência excessiva. Ontem, estive a falar de estratégia e política de defesa, hoje estou aqui diante de cientistas. Todos nós somos, ou pensamos ser, um pouco cientistas e investigadores, mas os verdadeiros cientistas são sempre, naturalmente, verdadeiros investigadores em busca da verdadeira ciência. A busca de qualidade e de excelência tem sido também um princípio assumido por mim tanto na minha vida privada como pública. Por isso mesmo, quando oiço elogios tão grandes sinto que não os mereço, porque estou em permanente busca dessa excelência, dessa qualidade, e não as encontro. Estão sempre muito longe de serem encontradas. Naturalmente que esta vinda hoje aqui tem um significado especial. Fui trazido aqui pelo amigo e tutor de uma tese de doutoramento que nem sequer comecei, para falar um pouco sobre Timor e perspectivar a cooperação entre Timor Leste e estas instituições científicas. De forma mais particular, devo mesmo salientar que, dentro de poucas semanas ou meses, serei confrontado com a necessidade de consultar permanentemente também esta instituição que é a Sociedade de Geografia. Porque iremos iniciar negociações de uma questão tão séria como é a fronteira, a definição das fronteiras de Timor Leste em terra e no mar; uma questão tão séria como é definir fronteiras geográficas e políticas nacionais, hoje, na era da globalização.

Eu entendo que a Geografia, especialmente a Geografia Política, só poderá encontrar força e utilidade, hoje, na era da globalização, quando conseguirmos encontrar e forjar a nossa identidade nacional e não o contrário. Com efeito, não é a fronteira geográfica que permite a identidade, mas é a identidade nacional que reforça a geografia política. Se procuramos a reafirmação da nossa identidade nacional, então sejamos capazes de romper com todos os complexos da era da colonização e retirar daí outros valores. E acho que esse é justamente o desafio a ser lançado à CPLP, o desafio que ainda não foi aceite pela CPLP. Como retornar sem regressar e retirar daí valores de unidade e identidade nacionais. E conseguir com isso definir uma fronteira maior: a fronteira da história, a fronteira da cultura, e já não só a fronteira da geografia política. Esta deve ser a forma histórica e cultural como se deve reflectir sobre a CPLP. Antes mesmo de pensar que podemos ser um bloco económico (que não seremos, se calhar, nunca), devemos pensar em ser uma comunidade na verdadeira acepção da palavra.

O que é isto de ser comunidade de países de língua portuguesa? O que é isto de ser uma nova nação independente? Quais as relações entre as duas, a comunidade e a nação? Acho que, como cientistas, podereis ajudar-me a encontrar a resposta. Geografia, nação e comunidade, o que são? Face a estas questões complicadas, dentro da modéstia que é o nosso país, pensamos poder lançar o desafio da discussão destes problemas e contribuir para encontrar respostas. Que Timor seja, então, um palco de abrangência, da inclusão, não só política, mas também cultural, científica, histórica. Nós pensamos que poderemos, e deveremos, contribuir com algo de novo. Porque nós aprendemos durante os 24 anos de resistência que, perante tantas vezes um completo deserto de solidariedade, havia sempre um oásis, e era nesse oásis onde íamos beber energias para a luta: era a história; era a cultura; era a língua.

Ficarei por aqui. Muito obrigado.

■ **Prof. Luís Aires-Barros:**

Passamos a dar continuidade aos nossos trabalhos. Fixaram-se três temas principais a desenvolver e debater: o primeiro, sobre *recursos naturais, reconstrução e desenvolvimento* será introduzido pela Sra. Profª. Fantina Tedim Pedrosa, da Universidade do Porto.

■ **Profª. Fantina Tedim Pedrosa**
(CEPESA. Universidade do Porto)

Recursos Naturais, Reconstrução e Desenvolvimento: alguns problemas de investigação e cooperação

Quando me propuseram falar de recursos naturais, reconstrução e desenvolvimento de Timor Leste, enquanto geógrafa que sou pensei, de imediato, começar por destacar o tema fundamental da importância dos suportes físicos no ordenamento e gestão do território. Nesta problemática, resolvemos especializar dois aspectos: os recursos naturais e a questão dos riscos naturais e catástrofes. Trata-se de dois aspectos com amplas implicações na qualidade de vida das pessoas e, sabendo-se que o desenvolvimento se faz para e com as pessoas, investigar as questões de recursos naturais e riscos naturais/ catástrofes mostra-se decisivo para a protecção e valorização das comunidades humanas. Claro que esta relação pode ser perspectivada de maneiras diferentes, distinguindo, nomeadamente, dois caminhos possíveis: o caminho da sustentabilidade e o caminho da degradação. As opções entre estes dois caminhos são muitas vezes estreitas, obrigando a equacionar o tema da visualização das estratégias de desenvolvimento.

Uma estratégia de desenvolvimento não pode ser organizada e visualizada sem uma rigorosa investigação da sua dimensão temporal, porque muitas vezes se, no curto prazo, uma estratégia é vantajosa, a médio e longo prazo ela pode ser altamente desastrosa, contrariando recursos, inviabilizando territórios e colidindo com a qualidade de vida. De modo que, nesta equação do desenvolvimento entre os *recursos naturais,* a *população* (para mim, o problema central desta problemática), a *economia* (não negligenciável, até porque é muitas vezes o sector de produção de riqueza que, depois, "sustenta" todo o processo de desenvolvimento) e as *tecnologias*, nós podemos

sempre e teremos sempre que avaliar estas duas perspectivas: a sustentabilidade e a degradação. A degradação especializa geralmente o resultado de um *processo* implicando, nas formas mais extremas, destruir a qualidade de vida das pessoas ou, nas formas mais comuns, não contribuir para a qualidade de vida das populações. Em oposição, a sustentabilidade visa estrategicamente manter com continuidade uma melhoria constante da qualidade de vida das pessoas no tempo e no território.

Sublinhe-se que, como se sabe, a relação que o homem estabelece com os recursos naturais nem sempre é uma relação de equilíbrio, quase sempre é mesmo uma relação de desequílibrio, afectada por assimetrias ditadas pelo homem. Por isso, muito frequentemente, esta relação torna-se altamente desastrosa, mesmo quando apela a valores claramente humanitários que, bebidos numa espécie de "humanismo" cada vez mais disseminado nas estratégias das ajudas internacionais, trata de alimentar uma população crescente ou fazer face a uma catástrofe humanitária. Nestas ocasiões de "ajuda" pode justificar-se, por exemplo, a opção por uma maior irrigação, uma maior intensificação das práticas agrícolas ou um crescimento exponencial das ajudas e apoios internacionais em capitais, recursos e alimentos, como ainda ocorre actualmente em Timor Leste. Os valores que justificam estas opções são de indiscutível dimensão humanitária, mas acontece frequentemente poder estar-se a responder às necessidades de segurança alimentar de uma dada população num determinado momento, mas a pôr em causa a segurança alimentar das gerações futuras, um equilíbrio também muito complicado no caso de Timor Leste onde algumas produções agrícolas tradicionais e mesmo estruturais da economia rural do território, como a produção de arroz, se encontram ameaçadas pela concorrência tanto da ajuda alimentar de emergência como do rapidíssimo crescimento das estruturas hoteleiras e de restauração de frequência fundamentalmente de agentes internacionais.

O que queremos salientar é que a relação população - recursos é sempre extremamente complexa e implica uma avaliação constante dessa relação; obriga, assim, a convocar investigação científica séria e rigorosa. Nesta relação entre território e social, a investigação que temos vindo a dirigir para Timor Leste tem procurado estudar o tema mais especializado dos riscos naturais e das catástrofes que, sobrepujando qualquer providencialismo naturalista, surge sempre fundamentalmente enquanto resultado de uma sobre-exploração dos recursos naturais e do mau ordenamento do território, reflectindo-se, depois, na qualidade de vida das populações, dos transportes à domesticação económica do território produtivo. A história geral da humanidade, especialmente a história recente que nos entra quotidianamente em casa pelas televisões, está pejada de exemplos demonstrando que, quando o homem explorou de uma forma incorrecta os recursos naturais, a destruição acaba sempre por surgir. A desflorestação de Timor Leste, aprofundada exageradamente pela ocupação indonésia, o crescimento desordenado de Dili ou a construção não planificada de vias de comunicação que atravessam (mal) muitas das linhas de água, juntam-se a outros factores físicos e sociais que importa estudar para se prevenir, por exemplo, fenómenos tão recorrentes no território timorense como o constante desaparecimento de vias de comunicação, áreas agrícolas e, por vezes, habitacionais nas épocas da chuva. Uma situação recorrente, quase "regular", facilmente avaliável e evitável caso exista interesse efectivo em apoiar a moderna investigação científica que, também em Portugal, tem vindo a estudar e a publicar sobre estes temas das catástrofes, recursos e desenvolvimento.

É óbvio que o tema das catástrofes continua a comportar uma dimensão eminentemente natural, ressaltando de vários tipos de riscos naturais, como ocorre nas áreas tropicais com a frequência de sismos, ciclones ou a intensificação das monções: trata-se de riscos que têm a ver com processos exclusivamente físicos, mas cujo poder de destruição económica e social depende

largamente das modalidades e opções organizadas para a estruturação da relação população - território. Mas existem muitos outros riscos em que a relação antrópica é ainda mais fundamental como se tem percebido dramaticamente em muitas catástrofes em que um factor natural de mediana intensidade, das chuvas à hidrografia, pode arrasar cidades e populações que cresceram desmesuradamente de forma caótica, invadindo linhas de água, construindo em terrenos impróprios ou aliando a pobreza social à própria pobreza do território. De modo que a avaliação da vulnerabilidade do território à ocorrência de catástrofes e de riscos naturais é um aspecto importante para a segurança das populações, como é importante também para a segurança da própria economia e dos diferentes territórios sociais.

A segurança das pessoas e bens nestes contextos de catástrofes e riscos naturais implica sistemas mais ou menos complexos de protecção da população. Esses sistemas de protecção têm que, previamente, fundamentar-se no conhecimento científico da diversidade do território e esclarecer as tipologias da vulnerabilidade do território face à ocorrência de riscos naturais. E a importância desta investigação e da organização territorial que sugerir é extremamente elevada, podendo minimizar grande parte dos custos físicos, económicos e sociais que advêm das catástrofes que, sublinhe-se, não têm apenas custos humanos, têm também custos materiais, económicos, financeiros, etc., mais ou menos avultados conforme o tipo de catástrofe e território, podendo tanto contrariar qualquer processo de desenvolvimento quanto destruir completamente parte significativa das estruturas humanas e económicas de um território.

Em consequência, avaliar cientificamente a dinâmica dos suportes físicos no processo de desenvolvimento é, efectivamente, valorizar esta componente como um elemento potenciador tanto do crescimento económico, como também do desenvolvimento geral de um país. Para garantir permanentemente esta avaliação, torna-se necessária a existência de um sistema complexo reunindo a informação sobre os

diferentes elementos que intervêm no território e a sua organização numa grande unidade de investigação, cruzando obrigatoriamente investigação científica (recolha de dados, estudo, interpretação e avaliação) e investigação aplicada. Trata-se, em termos práticos, de garantir a organização de um centro de análise do território (o nome, o formato institucional e físico são pouco relevantes...) que pode ser dividido em quatro valências: (a) uma primeira dirige-se para a análise, estudo e caracterização permanente do território, privilegiando a investigação científica; (b) a segunda tratará da elaboração da cartografia de base do território, elemento fundamental para a construção de uma política de ordenamento de território; (c) a terceira valência será a elaboração de informação estatística, incluindo a recolha, tratamento e divulgação regular da informação estatística pertinente sobre território e população; (d) um quarto vector, fundamental, é o da formação profissional de técnicos timorenses, incluindo formação científica e técnica. A este "centro" e aos seus técnicos e investigadores deverá exigir-se que forneçam com rigor e regularidade aos diferentes agentes nacionais, internacionais, económicos, políticos, etc., que intervêm no território um conjunto de conhecimentos e informações públicas que permita a tomada de decisões políticas mais fundamentadas e que sejam mais vantajosas em termos de desenvolvimento específico exigido por um território e por uma população também sempre específicos como acontece em Timor Leste.

Deve também procurar compreender-se que a investigação científica geográfica moderna esclareceu, deseja-se que definitivamente, não existirem modelos de desenvolvimento pré-concebidos: por melhores que sejam os modelos teóricos e por melhor que estejam escorados pelos grandes financiamentos e apoios internacionais, não é possível aplicá-los independentemente de um conhecimento avaliadamente especializado do território. Pelo contrário, qualquer modelo de desenvolvimento deve partir da avaliação das realidades existentes e, antes do mais, de um

conhecimento rigoroso do território, não do território como sujeito passivo, mas do território como um agente com uma dinâmica própria e que interage com todos os outros sectores da vida de um país. Será que existe um conhecimento rigoroso do território de Timor Leste? A resposta só poder ser, infelizmente, negativa e não se transformará em positiva por mais campanhas "fotográficas" que se façam. Só um estudo rigoroso e permanente do território, combinando investigação, investigação aplicada e formação, em associação com a também permanente publicação de dados e a sua aferição e discussão públicas poderá permitir avaliar continuadamente um território que deve ser sempre entendido como uma dinâmica constante entre população e recursos, entre o "natural" e o social.

Acrescente-se ainda que estas estratégias de desenvolvimento apoiam-se nas realidades existentes, mas dependem também dos recursos de que, do humano ao tecnológico, se dispõe. O que significa que, mesmo avaliando rigorosa e permanentemente as "potencialidades" de um território, não é possível conceber estratégias de desenvolvimento que se apoiem em recursos que são inexistentes no momento. É preciso que se reconheçam em Timor Leste estas duas vertentes, até porque os problemas de recursos tanto humanos como tecnológicos são, infelizmente, marcados por enormes carências gerais e especializadas. É evidente também que as estratégias de desenvolvimento só podem ser concretizadas em função dos objectivos e das metas políticas que se pretendem alcançar, da educação ao planeamento, da economia à deliberação do regime político: factores em verdadeira construção em Timor Leste. Mas não há metas únicas, programas de desenvolvimento unívocos por mais mecanicista que seja o discurso ou os projectos políticos dominantes: o desenvolvimento é sempre feito em função das especificidades das culturas dos territórios.

Por isso, em qualquer estratégia de desenvolvimento consideramos existirem três aspectos que é importante contemplar: (1) a dimensão temporal: não procurar apenas o

curto prazo ou o conjuntural, tão agarrados a um discurso político actualmente cada vez mais "curto" e "imediato", privilegiando antes uma visão (investigação, discussão, decisão...) mais longa destas problemáticas; (2) a dimensão territorial que, ligada também à questão da identidade cultural, neste momento de globalização, ensina a cruzar o global, o nacional e o local (esta interacção de níveis territoriais diferentes é extremamente complexa, mas é dessa relação que se irá obter um modelo melhor adaptado às realidades. Não obstante se definirem estratégias de desenvolvimento a nível territorial nacional, é importante ter em conta, mesmo em estados de pequena dimensão como Timor Leste, as especificidades locais ou, se quisermos, o "saber" local); (3) o terceiro elemento da estratégia de desenvolvimento é a pluralidade de agentes, procurando que o desenvolvimento comprometa o maior número de pessoas, porque só quando as populações se sentem comprometidas e actuantes nestes processos é que aceitam os desafios e mudanças como seus, potenciando-se ritmos e vantagens, aproveitando-se as sinergias instaladas, o que, para a nossa investigação sobre Timor Leste, se mostra fundamental, conquanto se trate de um factor actualmente substituído por um "excesso" de ajuda que prefere trazer de fora a qualificar o que se encontra longamente instalado no território: saberes e economias locais, artesanatos, profissões, jovens quadros, tanto como produções, transportes e mercados consuetudinários que, em muitos casos, funcionam socialmente bem.

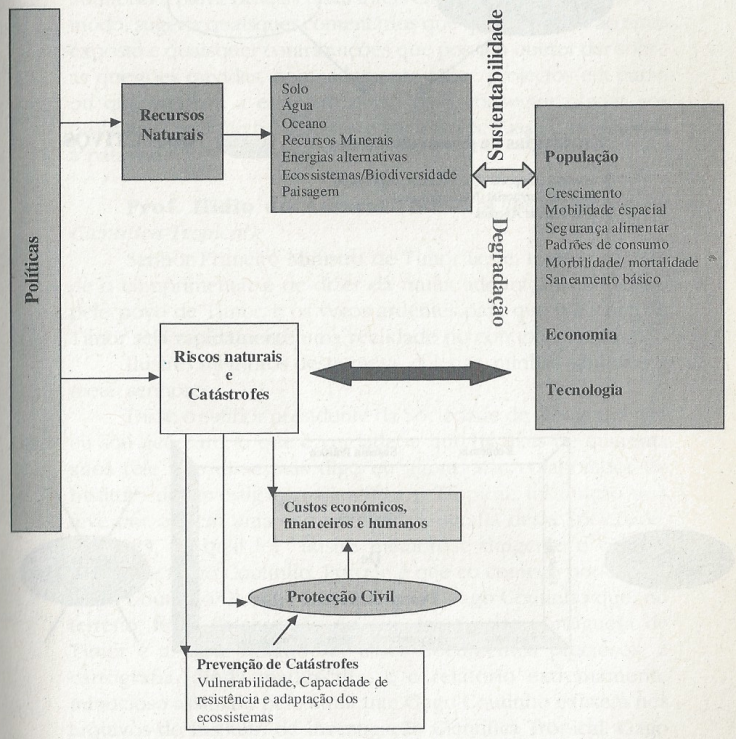
Em suma, gostaria de salientar que não há, afinal, modelos de desenvolvimento e que, mais ainda, não se devem importar modelos de desenvolvimento ou, pior ainda, *pagar* modelos de desenvolvimento (mesmo que seja com os "dinheiros" das ajudas internacionais...): eles devem ser criados a partir de um território (perdoem-me a insistência) que é dinâmico e não passivo, a partir da interacção entre os homens e o território, convocando aquilo que actualmente gostamos de definir, não sem reduccionismo, como ecossistemas ou ecossistemas sociais. Mas o

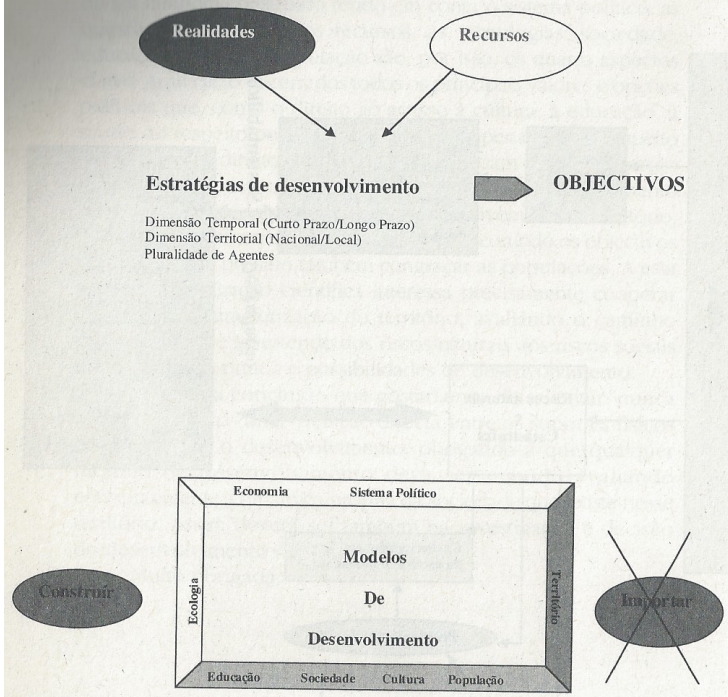
desenvolvimento não é uma "essência" naturalista ou apenas ecossistémica, é também uma construção humana, reunindo economias, recursos, tecnologias. O desenvolvimento tem, assim, de ser também construído tendo em conta o sistema político, as questões económicas, os recursos, as tecnologias: sociedade, educação, cultura e população são, por isso, os quatro aspectos chave. Aqui estão encerrados todos os principais valores e opções políticas que, como o direito ao acesso à cultura, à educação, à saúde, ao respeito pela vida humana, não apenas dizem respeito às culturas dos direitos humanos, mas implicam com a edificação de sociedades democráticas. Um modelo de desenvolvimento deve ser construído com as pessoas que vivem nesse território, avaliando as características desse território, reunindo os objectivos e as metas que possam também congraçar as populações. A esta área da investigação científica interessa precisamente cooperar no estudo e caracterização do território, avaliando o caminho complicado que se estende dos riscos naturais aos riscos sociais que organizam ritmos e possibilidades de desenvolvimento.

Esta era a conclusão que gostaríamos de salientar: nunca esquecer que há uma relação directa entre os suportes físicos do território e o desenvolvimento, obrigando a que qualquer modelo de desenvolvimento deva ser erguido avaliando constantemente a dinâmica própria da sociedade que existe nesse território. Assim deverá ser também na investigação e decisão do desenvolvimento de Timor Leste.

Muito obrigada.

Recursos naturais, reconstrução e desenvolvimento





Discussão:

Prof. Luís Aires-Barros:

Nós vamos organizar este seminário discutindo com o auditório a partir destas curtas intervenções introdutórias. Deste modo, sugeria quaisquer comentários que queiram fazer ao tema exposto e quaisquer contribuições que possam querer dar sobre as questões ouvidas, nomeadamente sobre projectos em curso ou que venham a estar em curso para conseguir obviar aos problemas aqui tão bem postos e levantados. Passo à assembleia a palavra:

Prof. Ilídio do Amaral *(Instituto de Investigação Científica Tropical):*

Senhor Primeiro Ministro de Timor Leste, tenho o prazer de o cumprimentar e de dizer da muita admiração que tenho pelo povo de Timor, e os votos ardentes para que o Estado de Timor seja rapidamente uma realidade no contexto mundial.

Ilustres membros desta mesa, colegas, minhas senhoras e meus senhores:

Disse o senhor presidente da Sociedade de Geografia que eu sou geógrafo, o que é verdade, e que há mais de quarenta anos (ele não disse mas digo eu agora) sou colaborador do Instituto de Investigação Científica e Tropical, instituição que teve por origem uma comissão de Geografia desta Sociedade, em 1883, da qual foi ilustre membro e dirigente o célebre Almirante Gago Coutinho. Porque é que eu começo por evocar Gago Coutinho? Porque foi justamente Gago Coutinho que, no terreno, fez a demarcação do que era a parte portuguesa de Timor e a parte holandesa. Esses documentos preciosos, a cartografia, ainda manuscrita, e o relatório extremamente minucioso assinado pelo almirante Gago Coutinho existem nos arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical. Gago Coutinho cuidadosamente, como sempre, determina os pontos fundamentais (latitudes, altitudes, longitudes), localiza os marcos

no terreno, mas, para além deste trabalho de cartógrafo, dá notícias extraordinárias sobre os contactos com os chefes timorenses e com as autoridades holandesas, umas vezes decorrendo bem, outras vezes decorrendo, como seria de esperar, com dificuldades.

Esse documento precioso foi o elemento maior de uma exposição sobre Timor, em 1999. Sugeri ao Instituto de Investigação Científica Tropical que a realizasse, e a exposição chamou-se: *Timor Lorosae: A Terra e os Homens. Documentos Científicos do IICT*. Desde que Gago Coutinho fez a demarcação da fronteira, nunca mais esta instituição, que teve vários nomes, deixou de trabalhar em Timor, assegurando uma longa produção de trabalhos científicos e técnicos sobre Timor. Por isso, a exposição teve um grande êxito e foi possível realizá-la graças ao coração franciscano bondoso do Senhor Padre Vítor Melícias que, quando lhe foi apresentado o projecto da organização desta exposição enquanto amostra dos documentos possuídos pelo IICT, o Sr. Padre Vítor Melícias entendeu dar todo o apoio a esta iniciativa científica e cultural.

A exposição foi um êxito, esteve aqui na Sociedade de Geografia, teve inúmeros visitantes e o livro de registo de impressões dos visitantes timorenses que residem em Portugal, dos portugueses e de alguns estrangeiros que de passagem por Portugal tiveram conhecimento da exposição mostra uma impressão geral de surpresa, porque muitos não adivinhavam que havia tanta documentação. Surpresa porque muitos não sabiam os domínios que tinham sido investigados e ainda continuam a ser investigados.

O Cartaz foi este e fez-se uma pequena resenha bibliográfica que, ao mesmo tempo, era o guião da exposição. Os documentos estavam arrumados por geodesia e cartografia, geologia e mineralogia, botânica e silvicultura, zoologia e veterinária, agronomia e pedologia, pré-história e arqueologia, história e geografia, arquitectura e povoamento, antropobiologia e psicologia, etnologia e antropologia, economia, sociologia e

linguística. Esta ligação das áreas foi da minha responsabilidade, mas tratava-se da melhor maneira de poder expor documentos escritos, alguns inéditos, outros já editados, documentos cartográficos, igualmente uns já publicados e outros inéditos, e até peças artesanais de Timor, e muitas fotografias.... Uma exposição que colheu boa impressão das pessoas que a visitaram. Dessa exposição recordo o interesse que muitos manifestaram por uma obra de alguém a quem eu fiquei a dever o amor por Timor. Silvicultor, antropólogo, poeta irmão de sangue de ilustres timorenses, infelizmente já não está entre nós: Ruy Cinnati. E a obra é *Arquitectura Timorense*, não é um livro simples, é um álbum científico e álbum de numerosos desenhos da casa timorense, dos vários tipos de casa, dos interiores da casa timorense, do significado da cultura timorense, enfim, nessa procura que o Sr. Primeiro Ministro definia como a necessidade de se encontrar a identidade. E este álbum, que está esgotado, foi procurado não só por cooperantes portugueses que neste momento têm dado o seu melhor trabalho na reconstrução de Timor, como amigos estrangeiros que naturalmente cooperam na reestruturação de Timor.

Outro elemento que despertou grande interesse, porque é uma actividade que continua, é aquela que se desenvolve no chamado Centro de Estudo das Ferrugens do café. É um centro exemplar deste Instituto que se encontra em Oeiras e onde se estudaram em grande pormenor vários tipos de doenças, afectando os cafeeiros, sobretudo de Timor, e se criou uma espécie híbrida, resistente, que tem o nome de *Catimor* (café Timor) que tem sido exportado para outros países onde precisam dessas espécies híbridas resistentes para resolver os problemas das parasitoses e outras doenças que atacam o café. Ora bom, o café é um dos produtos que naturalmente Timor tem em conta na sua economia, produto do mundo vegetal e este Centro de Estudo da Ferrugem do café continua a trabalhar sobre essa matéria.

Deixo-lhe este prospecto que precisa de ser actualizado relativamente aos números de telefone, deixo-lhe uma pequena nota da Comissão de Cartografia de 1883, guardada no IICT. Este Instituto tem como ministério tutelar o Ministério da Ciência e Tecnologia, aqui representado por um grande amigo, e como laboratório de estado em Portugal aguarda a reestruturação que está prevista em texto legal, e que efectivamente no Instituto sentimos necessária para se adaptar melhor a esta era de intensa globalização e poder da melhor forma corresponder às solicitações que lhe sejam feitas de cooperação. Neste caso de Timor, naturalmente uma cooperação também do coração. E terminarei oferecendo-lhe o catálogo bibliográfico onde encontrará a bibliografia de espécies impressas. Termino para dizer que o Instituto está inteiramente à sua disposição, à disposição do Estado de Timor.

Prof. Luís Aires-Barros:

Muito obrigado Prof. Ilídio do Amaral. Tivemos já uma óptima contribuição do IICT. Passo a palavra ao Presidente do Instituto Superior Técnico.

Prof. Carlos Renato Matos Ferreira (Presidente do Instituto Superior Técnico):

Sr. Presidente da Sociedade de Geografia; Sr. Primeiro Ministro; convidados da mesa; minhas senhoras e meus senhores:

Umas breves palavras para assegurar ao Sr. Primeiro Ministro que o Instituto Superior Técnico, como uma grande Escola de Engenharia Portuguesa e também no plano internacional, está firmemente empenhada em colaborar na construção de Timor Leste, e temos inclusivamente muito obra já realizada no terreno. Eu queria assegurar-lhe a nossa disponibilidade institucional para prosseguir nesse caminho e para desenvolvermos cada vez mais acções de cooperação, algumas das quais já estão em curso. É natural que uma Escola

de Engenharia como o Instituto Superior Técnico, com tantas valências, como engenharia civil, engenharia de minas e georecursos, engenharia mecânica, telecomunicações, informática, etc., seja um enorme potencial de conhecimento em engenharia, em ciência e tecnologia que pode e deve ser aproveitado em favor do desenvolvimento. Portanto, eu queria manifestar-lhe este nosso empenho que coloco à Vossa disposição com grande amor e carinho e com grande optimismo, sobretudo.

E, se me permitem, daria a palavra ao Sr Prof. Betâmio de Almeida, presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, que tem sido um Departamento fortemente envolvido nas acções que já estão em curso e que poderia dar alguns pormenores do que, eu penso que é interessante, está a ser realizado. E antes, se me derem licença eu entrego ao senhor Primeiro Ministro o guia de licenciaturas do Instituto Superior Técnico, meramente para dar uma imagem daquilo que a Escola forma em termos de graduação.

Prof. Betâmio de Almeida (Presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico)

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Membros da Mesa:

É com muito prazer que o Departamento de Engenharia Civil aqui manifesta, antes do mais, o apreço pela presença do Sr. Primeiro Ministro em Portugal e dá conta do que se tem feito na reconstrução de Timor Lorosa'e.

Eu há dias tive o prazer de presidir a uma sessão do Departamento, de encerramento de um trabalho muito interessante que foi, exactamente, o fim da elaboração da carta escolar de Timor Lorosa'e. É um conjunto de 40 a 50 cartas, produzido em cerca de dois ou três meses com trabalho de campo, que tem todo o levantamento do equipamento escolar e, nomeadamente, todo o envolvimento de fluxos de

estudantes, áreas de influência de estudantes em cada zona, o equipamento que existe propriamente dito, bem como as perspectivas de evolução no futuro. Penso que é um trabalho que, utilizando novas tecnologias, permitiu a muito curto prazo ter um quadro do que é a realidade hoje do equipamento escolar e o que é necessário para o desenvolvimento do país. E, não nos esqueçamos, que em matéria de desenvolvimento a área da Educação é um pilar fundamental juntamente com os Recursos Naturais.

Ora bem, vou só dizer em que áreas é que estamos a colaborar com Timor Leste. Quem diz desenvolvimento ou reconstrução fala também em infra-estruturas. Penso que, em qualquer país, as infra-estruturas são fundamentais e, efectivamente, através do Gabinete de Estudos de Reconstrução de Timor Leste (GERTIL), da Universidade Técnica de Lisboa, o Instituto Superior Técnico está a colaborar não só nessa parte do equipamento escolar, mas também na área do planeamento de transportes, abastecimento de água e saneamento, que é um trabalho concluído em Fevereiro deste ano. Estamos também a colaborar ao nível dos sistemas de informação geográfica que é também hoje uma base fundamental para qualquer trabalho, nomeadamente para essa definição de fronteiras, trabalho que está a ser agora desenvolvido. Também colaboramos nas telecomunicações que são, obviamente, um aspecto importantíssimo.

Neste momento está-se em negociação, e há uma equipa no terreno, para começar a carta de equipamento de saúde, seguindo a metodologia da carta escolar que envolveu 40 elementos. Estamos a aproveitar grande parte desses elementos para, a partir da base que já existe, passar da carta escolar para a carta do equipamento de saúde.

Eu penso que há ainda muitas outras áreas em que podemos desenvolver cooperação científica e tecnológica porque, obviamente, o país tem outras valências e problemas.

Mas o Instituto Superior Técnico penso que pode colaborar muito num outro aspecto importante para o desenvolvimento que é a área da energia. Penso que no campo das energias renováveis, hidroeléctricas, eólicas, biomassa, etc., temos um conjunto de capacidades muito fortes para apoiar o planeamento e o desenvolvimento de Timor Leste.

Tudo isto para além de outro aspecto que é o da formação de quadros, eventualmente quadros técnicos ou quadros superiores técnicos. Eu penso que, já pela experiência que temos de cooperação com outros países, estamos aptos para dar o apoio que o Sr. Primeiro Ministro de Timor Lorosa'e entender. E com isto termino a minha intervenção. Muito Obrigado.

Prof. Diogo Pinto (Departamento de Engenharia de Minas e Georecursos do Insituto Superior Técnico)

Sr. Primeiro Ministro; Srs. membros da mesa; Srs. membros da assistência:

Na nossa área não temos, efectivamente, até este momento, cooperado com Timor Leste, apesar de já termos manifestado essa intenção, mas não talvez da maneira mais adequada. Mas queria dizer que este Departamento conhece Timor Lorosa'e, tanto na parte da geologia, como na parte dos recursos. Muitos dos nossos mais ilustres professores trabalharam lá. E temos um espólio bastante importante sobre Timor Lorosa'e, quer em termos de amostras quer em termos de cartografia mineira. Actualmente colaboramos com alguns países na área dos petróleos, e tivemos uma grande colaboração com Angola para resolver o diferendo entre os angolanos e os americanos, logo a seguir à independência. Fomos bastante bem sucedidos e, por isso, estamos dispostos no departamento de minas e georecursos a encetar e continuar uma colaboração com Timor Lorosae.

Prof. Luís Aires-Barros:

O Prof. Diogo Pinto não o disse, mas digo eu, foi o homem que fez o aeroporto de Macau. Curiosamente, antes de haver o aeroporto toda a gente falava no aeroporto de Macau e, agora, desde que há o aeroporto ninguém fala... Além disso, é um especialista em petróleos, trabalhou no Médio Oriente para a Fundação Gulbenkian durante muitos anos. Dou a palavra ao representante da Universidade de Lisboa, Prof. Sousa Lopes.

Prof. João Sousa Lopes (Universidade de Lisboa):

Gostaria de cumprimentar o Sr. Primeiro Ministro e os Srs. convidados da mesa.

É evidente que na Universidade de Lisboa há um largo espólio sobre Timor, nos Departamentos de geografia, geologia, biologia..., existindo um largo acervo nestas áreas. E há, naturalmente, muitos membros desta Universidade que estão activamente interessados em colaborar em várias destas áreas. E outra que ainda não foi referida, a da formação, em que nós temos, se o meu número não falha, 22 estudantes timorenses que já cá estavam, e agora recebemos mais cerca de 40 da nova cooperação com Timor, dos quais, feita a análise dos seus conhecimentos anteriores, se decidiu que era conveniente para um certo número deles frequentarem um ano vestibular e que outros pudessem entrar desde já na Universidade. Eles entram para cursos diversos, desde História, que eu julgo ser uma parte importante da nossa contribuição, até outros cursos de natureza mais técnica, como informática ou farmácia. Mas o maior número incide, de facto, sobre a Faculdade de Direito que, enfim, tem o peso que tem na feitura das leis. Muito simplesmente, era isto que eu queria dizer, muito obrigado.

Prof. Luís Aires-Barros

Não havendo mais nenhuma intervenção nesta primeira parte, eu pedia ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes para fazer a sua intervenção introdutória do tema ciências políticas e sociais.

■ **Prof. Armando Marques Guedes**

(CEPESA. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

Eu devo dizer que tenho o maior gosto em aqui estar perante toda esta gente ilustre... Só ontem à tarde soube que era suposto falar para introduzir este tema, de maneira que esta introdução está um pouco impreparada, mas é assim que as coisas, às vezes, saem melhor.

Devo dizer, em primeiro lugar, que me sinto honradíssimo e contentíssimo de estar aqui (todos estamos de resto) perante um legítimo representante do povo timorense, pela primeira vez democraticamente eleito. Muito me honra aqui estar, essencialmente por isso, e acho que valia a pena sublinhar este aspecto essencial.

Disseram-me que o Dr. Mari Alkatiri era um homem extraordinariamente inteligente, honra-me imenso tê-lo confirmado quando o ouvi hoje. E digo isto com a maior das honestidades. Foi professor numa Faculdade de Direito, eu também sou. Também isso me agrada muito, devo dizer-lhe, com algum corporativismo. Sou português, e talvez aí resida a minha maior honra de estar aqui consigo, discutindo e falando numa língua comum.

Sou sudeste asiatista e o meu doutoramento foi feito sobre as Filipinas. Não represento aqui ninguém, ao contrário de muitas pessoas que aqui falaram que são presidentes de instituições, departamentos, centros de investigação, etc. Mas tenho algum direito de reflexão, julgo eu, relativamente às ciências políticas e sociais e não queria deixar de tornar claro que, por um lado, sou antropólogo, por outro lado, sou cientista político. Sou vogal do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa onde lecciono cadeiras de ciências políticas, relações internacionais e direitos africanos, uma nova disciplina em antropologia jurídica. Estou inserido no IICT, no centro de estudos africanos e asiáticos, o que muito me honra, e faço parte do Centro Estudos Africanos do ISCTE. Fui presidente do

Instituto Oriental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas durante quatro anos, e sou membro pleno do CEPESA, o que muito me agrada.

Eu não lhe vou poder dizer, infelizmente, muitas coisas sobre tudo o que se poderia fazer ao nível das ciências políticas e sociais em cooperação com Timor Leste. Vou dar-lhe algumas breves indicações que, em todo o caso, anotei e organizei muito rapidamente enquanto as outras pessoas falavam sobre aquilo que me parece útil.

Nós em Portugal através de várias instituições, e certamente aquelas de que faço parte, e que são algumas como aqui enumerei, podemos dar apoio na investigação, na formação e na criação de redes de investigação ao nível da ciência política, ao nível da administração pública e ao nível do universo jurídico. E podemos dar apoio, por um lado, na formação, por outro lado, na investigação e na formação científica e metodológica, porque temos aqui nessas várias instituições ligações a redes internacionais com que, me parece, o seu país muito poderia beneficiar. Nós beneficiamos.

Há instituições portuguesas, há redes internacionais em que estamos envolvidos, e os timorenses também poderiam estar; há projectos de investigação em curso, e não só podemos como queremos colaborar. Podemos dar nomeadamente apoio científico ao nível das ciências políticas e sociais, quanto ao estudo da história política de Timor Leste, e eu estou a falar tanto no período logo após ao 25 de Abril como no período antes do 25 de Abril, como no período de invasão e ocupação indonésia, como no período da resistência, como na consulta da comunidade internacional, como no período de transição em que vivemos, como quanto ao período de independência que vamos viver. Em tudo isso podemos pôr pessoas no terreno, a fazer investigação, pôr pessoas nos arquivos a fazer investigação. Muitos já estão. Muitos outros estão interessados, muitos estarão. Se V. Exa. quiser dar apoio a estes projectos cá nos arranjaremos para os financiar com o apoio de instituições

portuguesas. Dar-lhe-ei alguns exemplos como isto já está a ser levado a cabo com algum sucesso. Trata-se de dois exemplos de duas áreas muito concretas, áreas em que eu estou directamente envolvido, num dos casos com o CEPESA e através do CEPESA, noutro caso através da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Em relação à política externa, eu estou a liderar um projecto, que está ainda meramente como projecto em concurso na FCT que, em princípio, deveria ter sido avaliado em Maio ou Junho, mas em Portugal as coisas atrasam-se, envolvendo o Prof. Ivo Carneiro de Sousa, que envolve a Dr. Lurdes Carneiro de Sousa e mais 5 ou 6 investigadores, 16 consultores externos, que vão desde o Prof. Adriano Moreira a três generais das Forças Armadas, sobre a política externa na Ásia do Sudeste. Os pontos fulcrais, principais, deste projecto sobre política externa portuguesa na Ásia do Sudeste incidem, naturalmente, nos espaços em que houve influência histórica portuguesa, Timor Leste, em primeiro lugar, e em segundo lugar Macau. Do Instituto de Ciências Sociais, colabora também neste projecto o Dr. Moisés Fernandes que esteve agora vários meses na Austrália a estudar os arquivos australianos relativos às relações entre Portugal e Indonésia. E esperamos, caso ganhemos esse concurso e tenhamos esse financiamento, poder levar a cabo, com apoio da Fundação Oriente, nomeadamente, uma série de colóquios e conferências e publicar uma série de artigos e livros relativos também à política externa entre Portugal e o que é hoje o Vosso país.

Uma outra área onde me parece útil a cooperação científica: um projecto que já está em curso liderado por mim envolve cinco outros professores da Faculdade de Direito e uma data de alunos, e certamente lhe será grato pela sua formação profissional, que é um projecto de estudo e análise dos sistemas judiciais dos países de língua portuguesa.

Até agora escrevemos e publicámos um artigo de que também lhe dei cópia, de 70 páginas, sobre o sistema judiciário em Cabo Verde. Tenho um primeiro texto, uma primeira versão,

que estou neste momento a corrigir, a alterar, a ampliar, que será do mesmo tipo, sobre os sistema judiciário em São Tomé. Iremos à Guiné Bissau, iremos à sua Moçambique, iremos a Angola, como disse, com uma série de professores da Faculdade de Direito, financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Luso-Americana, e é para produzir trabalho. Tenho uma equipa interessada em ir ao seu país, e nós em três semanas faremos, caso assim o queira, com financiamentos nossos, um levantamento, um relatório que lhe entregaremos sobre o sistema judicial de Timor Leste. Não preciso de lhe explicar a importância de um levantamento deste tipo, sabendo ainda por cima que, nesta fase de transição, e por decisões correctas mas pragmáticas das Nações Unidas, a legislação a ser aplicada e o sistema judicial é de origem indonésia. Talvez não seja o mais adequado, certamente que irá haver dificuldades de harmonização com a vossa nova Constituição. Irão ter que montar um sistema, e é bom que haja um levantamento daquilo que existe, e sendo eu antropólogo jurídico tenho a oportunidade, com a minha equipa, de fazer um levantamento muito mais interessante porventura do que aqueles que têm sido feitos, e muito parecidos com aqueles que o Instituto de Investigação Científica e Tropical começou a tentar fazer nas antigas colónias africanas: um levantamento das práticas consuetudinárias, dos direitos tradicionais ali existentes para arranjar alguma legitimação para as formas judiciais que o Estado vai querer, a meu ver, utilizar na sua administração do território de Timor independente.

Em todas estas áreas parece-me que podemos colaborar muito imediatamente. Nestas duas concretamente: a política externa no que toca à questão timorense e no que tocará às relações de Timor com o resto do mundo a partir de agora ou no momento de independência, e de Portugal convosco; e nos sistemas jurídicos podemos também cooperar imediatamente quanto a organização judiciária, tanto estadual, como nas formas alternativas. Como lhe digo, posso pôr no momento próprio

três ou quatro alunos da Faculdade de Direito, alguns dos quais aqui presentes, a trabalhar em Timor Leste; irão comigo e, nos próximos três meses, se assim o quiser, podem fazer um levantamento sobre o sistema jurídico. Eu sou sudeste asiatista e sinto-me porventura mais à vontade em Timor Leste do que me senti em África, sendo que em África me senti bastante à vontade para fazer este levantamento. Quero que vocês depois usem este trabalho como tabuleiro para o que tenham por bem fazer na elaboração da administração pública e do que é um sistema judicial.

Ficarei por aqui. Muito obrigado.

Discussão:

Prof. Luís Aires-Barros:

Tal como para o tema anterior dou a palavra à audiência para pôr alguma questão. A exposição foi meridiana, claríssima, e penso que muito útil.

Prof. Ivo Carneiro de Sousa:

Eu queria apenas referir, porque penso que é importante salientar ao Dr. Mári Alkatiri, existir presentemente um investigador timorense que se candidatou a uma bolsa de doutoramento para investigar a história da Fretilin, que é o Dr. Tiago Constantino aqui presente. Penso ter conseguido apresentar um projecto muito interessante para fazer a história da FRETILIN das origens aos nossos dias, incluindo já o estudo das eleições para a Assembleia Constituinte que foram muito mal discutidas, estudadas e divulgadas em Portugal. Pouca gente sabe os resultados, a configuração, a estrutura sociológica e política das eleições. É importante que este projecto de doutoramento possa ter um bom apoio local, acesso aos arquivos da própria Fretilin e outros arquivos que se venham a organizar em Timor Leste.

Prof. Armando Marques Guedes:

Eu queria aproveitar a oportunidade, e muito me agrada fazê-lo com o maior descaramento com a presença do padre Vítor Melícias aqui, para dizer-lhe que, pese embora nós tenhamos financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana, gostaria de saber se podemos contar com o eventual apoio do Comissariado para o avanço deste nosso projecto.

Pe. Dr. Vítor Melícias

(Comissário Para a Transição de Timor Leste): Como é do conhecimento geral, compete-nos a coordenação da cooperação, incluindo financeira, quer do Estado quer da sociedade civil.

Essa cooperação é decidida por nós em função da apresentação de projectos concretos e a equação da realidade dos projectos. Designadamente nestas áreas que referiu o Sr. Prof. existe já alguma acção, e existem já pessoas no terreno a trabalhar, quer da Faculdade de Direito de Lisboa que tem uma equipa formada, quer da Faculdade de Direito de Coimbra, quer das várias instituições ligadas sobretudo ao Ministério da Justiça, que tem tido, como sabe o Sr. Ministro Chefe, de facto, um papel importantíssimo na cooperação para o funcionamento dos sistemas judiciais e até para reconstrução e apetrechamento bibliográfico e científico. Matéria que obviamente carece de ser muito ampliada e que para a qual são bem vindos todos contributos. Designadamente vindo de pessoas e instituições com esta credibilidade, em função do projecto, eu mesmo, com os apoios que obviamente tenho disponíveis para decidir, decidirei.

Prof. Armando Marques Guedes:

Embora haja outros projectos de outras Faculdades de Direito de maneira nenhuma há uma sobreposição com este projecto. O que está em causa, neste caso, é olhar para aquilo que de facto existe e como se entrosa aquilo que existe a nível institucional e estadual com aquilo que são as práticas tradicionais das populações locais e, portanto, a criação de eventuais mecanismos que legitimem o funcionamento de um sistema judiciário que tenham a ver com as populações.

Dr. Mari Alkatiri:

A cooperação que tem sido dada tem sido essencialmente na produção legislativa, não tanto na investigação (naturalmente que nisso foi preciso um pouco de investigação), mas não tem sido esse o objectivo principal da cooperação e apoio presentes.

Prof. Luís Aires-Barros: Vamos passar ao terceiro tema - património cultural. Eu pediria ao Prof. Rui Centeno que fizesse o favor de começar.

■ **Prof. Rui Centeno**
(CEPESA. Universidade do Porto)

Património cultural de Timor Leste: problemas de protecção e acções urgentes

Dr. Mari Alkatiri, muito folgo em vê-lo aqui depois do nosso último encontro em Timor.

A minha intervenção neste seminário é, antes de mais, um alerta. É sabido que em Portugal, de uma forma geral, os portugueses são consensuais no apoio a uma colaboração estreita com Timor. Agora os meios para o fazer dependem, em primeiro lugar, do Estado e das suas políticas e opções de cooperação; dependem, depois, das diferentes instituições, da iniciativa privada dos particulares, etc. Existem vários modos de cooperação com Timor Leste e estes dependem também fundamentalmente dos timorenses que têm o direito e o dever de seleccionar aquilo que lhes pode interessar neste momento difícil que é o da construção de um novo país independente.

Eu tive a oportunidade de me deslocar duas vezes a Timor, a primeira em Junho de 2000, nove meses após o famoso, tristemente célebre, Setembro de 99, quando as estruturas do território timorense foram quase completamente destruídas. Devo dizer que, então, fiquei, juntamente com os colegas que me acompanhavam, chocado e impressionado com o enorme grau de destruição que tive a oportunidade de constatar nessa altura. Devo igualmente referir que, em Maio passado, ao visitar pela segunda vez Timor Leste, verifiquei sinais efectivamente positivos de reconstrução e desenvolvimento. Muita coisa há por fazer e recuperar, mas pode, agora, testemunhar-se que Timor está a renascer, a situação está a melhorar. Apesar destes sinais positivos, as carências são gigantescas, pelo que vou falar de mais uma dessas carências enormes que diz respeito ao património cultural.

Em sociedades ricas e desenvolvidas é evidente que o património desperta um interesse e acompanhamento especiais dos governantes, porque o património reflecte a história da construção da identidade cultural. No caso de Timor Leste, as carências são tantas que poderá até parecer estranho vir alguém, aqui e hoje, falar do seu património cultural e da necessidade urgente de o salvar de uma destruição, infelizmente, em andamento. Cumpre-nos a nós, porém, que fazemos investigação nesta área chamar a atenção para estes aspectos. O que não quer dizer que sejamos nós, a Universidade que represento, a Universidade do Porto, ou porventura os fundos do Sr. Padre Vitor Melícias, capazes de resolver esta situação. Não será também o governo de transição timorense com os seus recursos limitados a resolver esta situação complicada e que, ainda por cima, se arrasta e precipita há muitos anos.

Esta chamada de atenção acerca da necessidade de salvaguardar, estudar e preservar o património cultural timorense é ainda mais importante quanto é extremamente difícil preservar o rico património timorense. Como se sabe, a maioria do património de Timor Leste, desde as casas à estatuária, é feito em materiais perecíveis, sobretudo de madeira. Juntem-se os panos que são outro elemento relevante e, apesar de se poderem ainda encontrar alguns panos antigos à venda (pude verificá-lo em Timor...), a produção artesanal tradicional está a desaparecer ou mesmo a transformar-se muito rapidamente. Somem-se ainda as produções artesanais em bambu, fibras para cestarias e ponta de búfalo, cada vez mais raras, e descobrimos um património realizado quase exclusivamente em materiais perecíveis de morfologia e vida muito limitadas. No geral, o património cultural de Timor irá desaparecer nos próximos anos, em muito pouco tempo, se não houver uma acção rápida de protecção e salvaguarda de vários organismos internacionais e de uma grande entidade internacional tipo UNESCO.

Um outro aspecto que agrava esta situação de rápido desaparecimento do património cultural timorense foi o saque

generalizado do território de Timor. Eu tive a oportunidade de observar numa série de antiquários e lojas de antiguidades de várias cidades indonésias que a dispersão do património cultural não foi só resultado de um saque sistemático, mas também de venda realizada pelos próprios timorenses. Isto tem que ser dito: os timorenses, muitas vezes por necessidade, aqueles que fugiram para Timor Ocidental por dificuldades financeiras muito sérias, tiveram que vender muitas das suas peças de arte que, das estátuas aos "surik", passando por objectos de ourivesaria, tinham para eles um carácter sagrado transmitido de geração em geração, sendo também estas peças parte importante das negociações matrimoniais e do estabelecimento de alianças familiares.

Ora, o que é que se passa neste momento? Se queremos encontrar peças tradicionais importantes de Timor Leste, onde é que as podemos encontrar? Encontramo-las à venda em antiquários de todo o mundo, particularmente na Indonésia, mas em Timor, ao contrário, não encontramos absolutamente nada. E o meu alerta vai neste sentido concreto e imediato, que é o da urgente preservação do que ainda resta: tive oportunidade na minha segunda estadia em Timor de estudar muito rapidamente algumas peças da colecção do antigo Museu de Díli, aberto ainda pela administração indonésia em 1995. O Museu de Díli tinha uma colecção à volta de 1000 peças etnográficas que, neste momento, está reduzida a menos de 400. Mais de metade do espólio do Museu de Díli, constituído fundamentalmente no tempo da ocupação indonésia, há que dizer, está neste momento perdido. Eventualmente existem algumas destas peças à venda em antiquários ou na posse já de coleccionadores e colecções privadas. E o que é se passa com as peças que ainda restam do Museu de Díli? Neste momento, as cerca de 400 peças estão acondicionadas numa situação muito precária. E nós estamos a falar de peças de madeira de que mostrarei alguns slides só para se perceber o grau de destruição que se pode processar muito rapidamente nestas peças, ou por

que estão mal acondicionadas, ou por que apanham humidades, ou devido a variações de temperatura muito grandes e a estarem sujeitas ao toque e manipulação frequentes... As peças começam a abrir fendas, como aqui neste caso, destas portas recolhidas em Lospalos (Figs. 1 e 2)....Ou, então, temos estátuas antigas como esta (Fig. 3) que, não se concretizando uma intervenção urgente, certamente irão deteriorar-se muito rapidamente. Posso mostrar mais alguns casos significativos, por exemplo, estas peças de Ataúro (Fig.4), estátuas que foram recolhidas no terreno por um investigador timorense que trabalhou precisamente no Museu de Díli, Virgílio Simith. Aproveitava mesmo para chamar a atenção para o papel importante deste investigador timorense na constituição desta colecção e na defesa das peças etnográficas que ainda restam. Apesar de não ter qualquer formação superior, Virgílio Simith é um muito bom conhecedor da etnografia timorense que deveria ser mais apoiado e ajudado, devendo mesmo ser aproveitado de imediato para um estudo rigoroso desta colecção do Museu de Díli que importa salvar.

Como estão a ver, algumas destas peças estão em difícil estado de conservação, havendo mesmo alguns casos em que estão a ser atacadas pela formiga branca, pelas térmitas... Quero aliás dizer que a Universidade do Porto adquiriu em missões recentes na Indonésia uma colecção de etnografia timorense que, no contexto do nosso país, já se pode considerar das maiores e com maior qualidade, e numa dessas peças, uma belíssima máscara cerimonial de grandes dimensões em madeira de "ai-kala", encontrou-se durante o processo de conservação e restauro uma colónia de térmitas. É provável que esta mesma situação esteja já a afectar e a deteriorar a maior parte das quase 400 peças etnográficas do antigo Museu de Díli.

Neste caso que agora se mostra, estas estátuas raríssimas de Ataúro são peças que, segundo a informação do próprio Virgílio Simith, estavam ainda na cabeceira de sepúlturas, simbolizando os antigos cultos dos antepassados, quando foram recolhidas para o espólio do Museu de Díli. As condições em

que estão actualmente guardadas são as piores, são mesmo deploráveis para materiais em madeira que, desta forma, correm o risco de degradação irrecuperável... A minha proposta relativamente ao Museu de Díli seria a de arranjar urgentemente algum patrocínio que permitisse fazer uma inventariação e um estudo das peças, decidindo em colaboração com a área de conservação e restauro qual a acção a empreender nestas peças com vista à sua preservação. Já não estou a falar de uma intervenção profunda, mas numa intervenção rápida para uma conservação urgente destas peças. Esta conservação tem também a ver com opções simples, mas necessárias, como a escolha das embalagens em que serão colocadas as peças ou a escolha do local em que serão depositadas, porque o espaço onde as cerca de 400 peças estão neste momento não é o melhor, encontrando-se mesmo num edifício com muito pouco segurança.

Em síntese, aquilo que me parece importante é fazer um estudo, um inventário de todas as peças, registo fotográfico e algumas acções de conservação preventiva.

Um segundo alerta que eu gostaria de fazer decorre de uma visita de trabalho que fizemos à região de Lospalos em que estudámos duas casas tradicionais da aldeia de Parlamento que, segundo as informações do "liurai" desta região, Sr. Eugénio Silva, terão sido construídas cerca de 1928 (Figs. 5 e 6). As duas casas são exemplos raros e importantes de casa sagrada, "uma lulik", e apresentam-se neste momento já rodeadas de habitações com telhados de zinco, exibindo um estado lamentável de conservação. E qual era o alerta que eu lançava? É evidente, e tive oportunidade de verificar no terreno, que este tipo de habitação está a desaparecer rapidamente ou então está a alterar-se irremediavelmente. A utilização que já tinha sido introduzida pelos portugueses das coberturas de zinco é cada vez maior, disseminando-se também uma opção discutível de reconstrução que privilegia o tijolo e o cimento. Por isso, a preservação das casas tradicionais de aparato que ainda resistem é urgente e pode mesmo funcionar como uma "escola" de preservação da

construção tradicional, bem como de espaço de atracção e dinamização culturais.

Existem alguma outras casas tradicionais, mas também das que vi nenhuma tinha a qualidade destas duas casas sagradas da aldeia de Parlamento. Quero mesmo chamar a atenção que os próprios responsáveis indonésios, em 1997, tiveram consciência da excelência destas casas e propuseram fazer o seu restauro que, infelizmente ou felizmente - o futuro o dirá - não foi feito. Parece-me que neste momento era importante, e isto não será uma operação com um grande custo, unir esforços para tentar recuperar estas casas. Não é só património de Timor que, com estas acções, nós estamos a ajudar a salvar, mas é também uma oportunidade de desenvolvimento local através da dinamização do artesanato ou do turismo cultural. De facto, parece possível nesta aldeia, como hoje se faz em muitos locais da Europa, criar uma área de apoio onde os habitantes locais possam vender algum do artesanato tradicional timorense. Os panos tradicionais, por exemplo, continuam a manter uma elevada cotação e despertam um interesse muito grande em todos os visitantes de Timor, sendo uma actividade que está a renascer e que existe precisamente junto a estas duas casas tradicionais.

É que a cultura e o património também trazem desenvolvimento e era aqui que eu queria acabar esta intervenção. Não se trata de qualquer novidade, mas o investimento em cultura e património tem trazido muito desenvolvimento a diversas regiões, ao mesmo tempo que as indústrias culturais e do património cultural são cada vez mais importantes na Europa e na América. Hoje, investem-se milhões em museus, e deles se retira cada vez mais estéticas, formas e "designs" que marcam os consumos do século XXI ligado também a um consumo que privilegia o gosto, a estética e o "design".Timor Leste precisa tanto de salvaguardar o seu património como de organizar a sua política patrimonial e museológica, construindo a sua identidade também com património, gostos, formas, tradições

estéticas e culturais. É mais do que óbvio que Timor Leste precisa fundamentalmente de hospitais, escolas, universidades, indústria, comércio, tanto como alimentação ou novos padrões de segurança e saúde; mas também precisa de um desenvolvimento sustentado feito com as pessoas, os territórios e as suas culturas. Monumentos, estátuas, portas, artesanatos, saberes locais são também história e Timor Leste tem que reforçar a sua identidade salvando o património cultural que ainda resta, porque esse é um elemento de unidade e identificação do povo de Timor.

Fico por aqui. Muito obrigado.

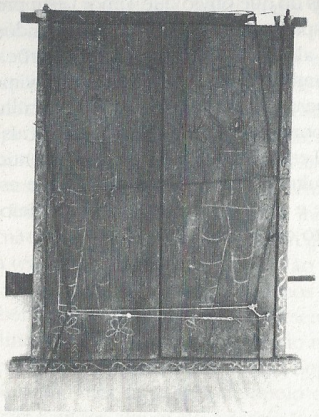


Fig.1:
Museu de Díli: Porta de Lospalos, Timor Leste.

Fig.2:
Museu de Díli: Porta de Fohorem, Timor Leste.

Fig.3:
Museu de Díli: Estátua de antepassado, Timor Leste.

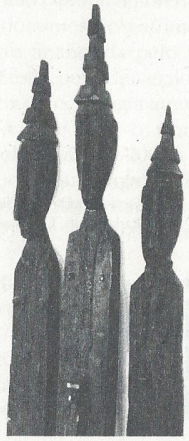


Fig.4:
Museu de Díli: Estátuas de antepassados, Ataúro, Timor Leste.

Fig.5:
Conjunto de casas sagradas (uma lulik) da aldeia de Parlamento, Lospalos.

Fig.6:
Casa sagrada da aldeia de Parlamento, Lospalos.

Discussão:

■ **Prof. Luís Aires-Barros:**

Muito obrigado pela sua exposição. Todos temos consciência do valor do património que, aliás, como bem disse, é hoje um factor de desenvolvimento ligado a outras indústrias culturais cada vez mais importantes. Sobre este assunto pergunto à assembleia para se pronunciar. Faça favor Srª. Drª. Lurdes Carneiro de Sousa.

Lurdes Silva-Carneiro de Sousa (CEPESA. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris) :

Eu só queria fazer um pequeno parêntesis para dizer que, de facto, quer o CEPESA e a Universidade do Porto, quer também outras instituições, já estão a trabalhar neste alerta e neste problema do património cultural timorense há vários anos. Queria também dizer aqui que várias instituições portuguesas têm vindo a apoiar e a financiar estas missões de estudo e salvaguarda do património cultural timorense. A primeira missão que realizámos nestes domínios do património e da investigação científica foi em parte financiada pelo Sr. Comissário para a Transição de Timor Leste, pela Universidade do Porto e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da aprovação de um projecto do CEPESA que tem o nome de "Memory of Timor", em desenvolvimento de 2001 a 2003. Portanto, há várias instituições portuguesas que já contribuíram com um apoio financeiro para, digamos, estudar o tema da salvaguarda do património de Timor Leste, só que, evidentemente, ainda há muita coisa por fazer.

Mazambi Vuvu Fernando (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. ICROM):

É uma satisfação para mim estar aqui neste seminário, sobretudo com a presença do Sr. Primeiro Ministro que, pela segunda vez, encontro. Na primeira vez, ouvi-o dirigir um seminário na Universidade do Porto, no centro de Estudos

Africanos. Gostaria também de saudar todos os que estão aqui, porque todos viemos para dar a sua contribuição no que diz respeito ao processo de construção de um novo estado que vai nascer ou que já nasceu que é Timor Lorosa'e.

Eu chamo-me Mazambi Fernando, sou conservador de museus em Angola e estou no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto a preparar a minha tese de doutoramento no domínio dos museus, do património cultural e, por isto, interessa-me intervir. Para além do que faço em Portugal sou membro do conselho de administração do Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais, com sede em Roma, que é o ICROM. Sou um perito no domínio da museologia, e esta instituição tem uma representação geocultural e, nesse sentido, represento actualmente a África subsariana no ICROM. Somos dois africanos profissionais a integrar a direcção do ICROM, um de Zimbawe e eu de Angola. Mas, em termos de acção, intervimos como membros do conselho em todo o património cultural no mundo, e eu tenho também vindo a interessar-me pelo problema da defesa do património cultural de Timor Leste.

Começarei por dar alguma informação pertinente sobre o ICROM e, em segundo lugar, ver em que medida o ICROM pode vir a contribuir no processo da conservação e restauro do património cultural de Timor Lorosa'e.

O ICROM é o Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais, uma organização inter-governamental com sede em Roma, criada em 1956 pela UNESCO com o objectivo fundamental de conservação e restauro do bens culturais da humanidade. Constataram-se desde os anos 50 os muitos problemas na conservação do património e memória culturais. Ora, é conservando o passado que podemos perspectivar o futuro e, sobretudo, estudar o presente. É neste sentido que o ICROM, depois da sua criação, conseguiu organizar uma grande estrutura central e criar uma assembleia geral em que todos os estados da UNESCO podem aderir a esta instituição

com o objectivo da conservação e restauração nos domínios do património cultural, sejam móveis ou imóveis: entendendo os edifícios, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos, a pintura, o acervo dos museus, das bibliotecas e dos arquivos. Ou seja, o ICROM intervem em tudo o que é património cultural. Mais recentemente, uma vertente que está sendo explorada é realmente a conservação do património oral, a conservação da tradição oral dos povos e culturas. A acção do ICROM é exactamente preparar o património de amanhã, o que obriga a conservar esse património hoje.

Se Timor Leste quer preparar o património de amanhã devemos criar todas as condições para conservar esse património hoje. Faço um parêntesis para apoiar o que acaba de dizer o Sr. Prof. Rui Sobral Centeno, pois nós temos, realmente, um problema em termos da conservação ou da preservação do património cultural timorense, tendo em conta tudo o que aconteceu durante esse período das destruições e, sobretudo, o património que se encontra fora do território timorense. Apoio o alerta que aqui foi feito e faço uma proposta concreta. Podemos recorrer ao ICROM, ao Conselho Internacional dos Museus que, nos últimos 5 anos, está a fazer um bom trabalho, publicando a maior parte dos objectos desaparecidos num projecto que se chama *Cem Objectos Desaparecidos*. Já se fez um livro sobre África, há meses publicou-se sobre objectos desaparecidos na Europa e também já se está a fazer esforços de estudo a nível de outros continentes. Eu penso que se pode aproveitar este momento alertando o ICROM para tentar recuperar, com o mecanismos de que dispõe, os objectos que estão fora do controlo do Museu de Timor Leste.

O ICROM é como que uma tribuna internacional aberta aos debates sobre património cultural e é nessa conformidade que o ICROM faz a recolha de tudo o que é informação sobre o património cultural, coordena a pesquisa, disponibiliza a prestação de serviços de peritos e incrementa a cooperação entre o Centro, os estados membros e as instituições

especializadas que tratam do património cultural. O ICROM fornece a formação profissional e contribui sobretudo na sensibilização do cidadão, o que lhe dá a competência de integrar a conservação do património cultural numa abordagem global de desenvolvimento humano social.

Qual seria, então, a contribuição do ICROM para Timor Lorosa'e? Desde já posso dizer que o Estado timorense, hoje, pode aderir ao ICROM. Aderindo ao ICROM, vamos ter a possibilidade de apoiar a formação de quadros para assumirem responsabilidades quer na gestão dos museus, na conservação e restauro dos bens, quer, sobretudo, no inventário dos monumentos e sítios históricos que existem em Timor, trabalho este que, penso eu, pode ter sido tentado no período colonial, mas precisa de ser actualizado e organizado na sua gestão presente.

Queria felicitar o esforço do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático para a conservação do património timorense tanto em termos da sua preservação como do inventário desse património. E nós pensamos que o ICROM possa vir a ajudar este Centro a desenvolver as suas actividades. Como membro do conselho de administração do ICROM, proveniente de um país da CPLP, como é Angola, também convido Timor Leste a aderir ao ICROM para reforçar o peso do países que falam a língua portuguesa nesta organização, porque até agora só temos Portugal e Angola.

E assim termino a minha intervenção. Muito obrigado

Prof. Rui Centeno:

Chamo a atenção para o que o Dr. Mazambi disse, indiscutivelmente importante, mas o que ele propõe é uma acção a médio e longo prazo. O alerta que eu lancei é um alerta a curto prazo, porque se não actuarmos já nos domínios que expliquei certamente que muitas peças da colecção do Museu de Díli desaparecerão por rápida deterioração, e as casas tradicionais referidas certamente estarão no chão quando as

voltarmos a visitar. Depois será muito mais dispendioso fazer a sua reconstituição. Os meus alertas são, pois, imediatos, referindo-se a uma situação mais do que urgente. Obrigado.

Prof. Joaquim Pais de Brito (Director do Museu Nacional de Etnologia):

Sr. Primeiro Ministro, membros da mesa, colegas:

Muito rapidamente, em relação às actividades do Museu Nacional de Etnologia, que já foi uma unidade do IICT, exactamente uma das primeiras acções que nós desenvolvemos no Museu quando assumimos a direcção da instituição em 93 foi, através de um sistema de relacionamento técnico ou científico com a Cinemateca Nacional e com o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, proceder à salvaguarda do espólio legado por Ruy Cinatti a Timor. E posso anunciar que vai haver pela primeira vez uma sessão pública de apresentação deste espólio recuperado na Culturgest, nos dias 16 e 17 de Novembro. Trata-se da apresentação de uma parte das treze horas de filme que Ruy Cinatti fez em Timor entre 1959 e 1960 que já foram não só recuperadas, mas também se fizeram cópias novas, devidamente montadas e identificadas. Isto foi possível com a colaboração financeira da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, foi um processo muito caro e moroso com empenhamentos entusiasmadíssimos da Cinemateca Nacional. Fizemos também este trabalho com os filmes da Margot Dias de que só havia o original, não havia cópia, não havia negativo, pelo que este trabalho tem sido extremamente importante e, estou certo, vai ser também muito importante para os timorenses poderem dispor de cópias de toda essa documentação nas suas instituições de investigação, de ensino e de cultura em geral.

Por outro lado, ainda a propósito destas imagens, refira-se que está a decorrer hoje em Paris a 31ª conferência da UNESCO para a criação de um instrumento normativo para a salvaguarda do património imaterial que, como sabem, é uma preocupação da UNESCO nos últimos anos.

Em relação à arquitectura timorense, há um saber fazer que é aquilo que se pretende também agora proteger e não apenas salvar a peça construída. E eu penso que estas acções de restauro da arquitectura de Timor devem ser feitas com aqueles homens timorenses que foram os artífices da madeira, das manipulações das matérias vegetais para as coberturas das casas e da construção em geral, e que se devia pensar (foi, de resto, o parecer que enviei para esta reunião da UNESCO que me foi pedido pelo Ministério da Cultura) em articular no *curriculum* de todos os graus de ensino esses homens e mulheres que sabem como mestres e professores, podendo ser articulados com a programação do ensino oficial geral e especializado de Timor. Penso que ao fazer isto, Timor Leste está a dar uma lição importante aos países desenvolvidos que, neste momento, estão a fazê-lo, outros já o fizeram.

Por outro lado ainda, e desculpem a insistência, vai haver uma reunião em Lisboa no dia 25 de Novembro das instituições internacionais de conservação e restauro, estando de novo a propor-se que as actividades de conservação e restauro sejam entregues aos artesãos e não aos especialistas que vêm de fora. Ou seja, desapareceu o estatuto do artesão, como sabem, dos funcionários públicos em Portugal, mas é importante que Timor Leste não caia nesse erro como caíram os países desenvolvidos da Europa e inclua o artesão nas carreiras oficiais da função pública, porque vão ter um papel importantíssimo na conservação e restauro do património ou mesmo para garantir a reprodução daquele conhecimento.

Muito obrigada.

Pe. Dr. Vitor Melícias:

Só queria dizer que algumas das casas já estão em reconstrução e são feitas exactamente com a participação directa dos timorenses.

Prof. Luís Aires-Barros:

Infelizmente, o Sr. Primeiro Ministro tem outros compromissos e não é possível continuar a prolongar esta interessantíssima discussão. Queria dizer que esta reunião foi extremamente produtiva, como o Sr. Primeiro Ministro o dirá se quiser fazer o favor de concluir este seminário.

Dr. Mari Alkatiri:

Sr. Professor Aires Barros: concluir é um pouco difícil, mas estava a pensar que, realmente, a nossa resistência ao genocídio ainda continua, porque durante vinte e quatro anos sofremos um genocídio físico e desenvolvemos uma resistência imediata contra esse genocídio físico. E o nosso povo criou as formas mais criativas possíveis, incluindo a própria reprodução e protecção em massa, mas depois de ouvir estas breves intervenções cheguei à conclusão que a parte cultural deste genocídio ainda se mantém. E se nós não conseguirmos recuperar a nossa cultura podemos talvez vir algum dia a ser um país economicamente desenvolvido, mas com outro povo e cultura. Esta é a conclusão que tirei daqui. Nós não queremos ser outro povo. Vou dar-vos um exemplo. Já visitei muitos museus nos Estados Unidos e na Austrália nossa vizinha onde se podem visitar as artes dos aborígenes, ver muitos objectos e peças etnográficas... Mas, onde está esse povo, hoje?

Não queremos ser assim, queremos realmente recuperar a nossa cultura e o nosso património, porque o povo está lá e, para provar mais uma vez que vencemos o genocídio físico, vamos também vencer o cultural. Portanto, é nisso que eu peço a colaboração de todos, pois o genocídio físico conseguimos vencer graças à nossa própria criatividade, com o nosso próprio sacrifício, mas para vencer o genocídio cultural precisamos da intervenção da ciência e a ciência exige investigação científica.

Desde já esperamos a vossa contribuição.

Muito obrigado.